

CÂMARA

EM REVISTA

Câmara Municipal de Belo Horizonte | nº 1 | Dezembro | 2024

www.cmbh.mg.gov.br

@camarabh

/camaradebh

**Câmara Cultural
abre as galerias
para exposições de
arte e memória**

**COMO AS LEIS
IMPACTAM A
VIDA NA CIDADE**

**Concurso público e
cultura de inovação
melhoram serviços**

**DOIS ANOS DE
MUITO TRABALHO**
Conheça alguns números
do biênio 2023-2024

**Soluções
para a cidade
com mais rigor
na fiscalização**

CPIs, controle dos
gastos da PBH, leis para
transparência e *compliance*
estão entre as ações

19^A

LEGISLATURA

4^A SESSÃO LEGISLATIVA

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2023/2024)

Presidente

Gabriel Sousa Marques de Azevedo

1º Vice-Presidente

Professor Juliano Lopes

2º Vice-Presidente

Álvaro Damião

Secretária-Geral Marcela Trópia

1º Secretário Ciro Pereira

2ª Secretária Flávia Borja

VEREADORES (BIÊNIO 2023/2024)

Álvaro Damião

Braulio Lara

Bruno Miranda

Cida Falabella

Ciro Pereira

Cláudio do Mundo Novo

Cleiton Xavier

Dr. Bruno Pedralva

Dr. Célio Frois

Fernanda Pereira Altoé

Fernando Luiz

Flávia Borja

Gabriel Sousa Marques de Azevedo

Gilson Guimarães

Helinho da Farmácia



FOTO: LARISSA METZKER

Henrique Braga

Irlan Melo

Iza Lourença

Janaina Cardoso

Jorge Santos

José Ferreira

Juninho Los Hermanos

Loíde Gonçalves

Maninho Félix

Marcela Trópia

Marcos Crispim

Marilda Portela

Miltinho CGE

Pedro Patrus

Preto

Professor Claudiney Dulim

Professor Juliano Lopes

Professora Marli

Professora Nara

Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Reinaldo Gomes Preto Sacolão

Rubão

Sérgio Fernando Pinho Tavares

Wagner Ferreira

Wanderley Porto

Wilsinho da Tabu

EXPEDIENTE

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Superintendente

Priscila Leão Resende de Melo

Chefe da Divisão de Jornalismo e Divulgação Izabela Moreira Maurício

Chefe da Seção de Criação Visual
Larissa Metzker Oliveira

Chefe da Seção de Som e Imagem
Bruno Antônio dos Anjos

CÂMARA EM REVISTA

PUBLICAÇÃO BIENAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Editora responsável Izabela Moreira Maurício

Editor executivo Alessandro Duarte

Reportagem

Agdalice Araújo, Alessandro Duarte, Andrea Avelar, Carlos Freitas, Luiza Rocha, Patricia Brandão e Suzana Linke

Produção

Agdalice Araújo, Alessandro Duarte, Mary Oliveira e Suzana Linke



FOTO: CLÁUDIO RABELO

Projeto gráfico, editoração e diagramação Larissa Metzker, Lucca Melo e Hélio Dias (Seção de Criação Visual)

Pesquisa de fotos Abraão Bruck

Fotografia Abraão Bruck, Barbara Crepaldi, Bernardo Dias, Breno Pataro, Claudio Rabelo, Dara Ribeiro, Ernandes, Karoline Barreto, Rafaella Ribeiro e Tatiana Francisca

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Avenida dos Andradas, 3100, Santa Efigênia - CEP 30260-900
(31) 3555-1100 / Horário de Funcionamento: 7h às 19h

ÍNDICE

- 6 **Palavra do presidente**
- 8 **Editorial**
- 12 **Dois anos de muito trabalho**
- 15 **Limpeza da pauta e foco na fiscalização marcam biênio**
- 22 **Quatro CPIs apontam irregularidades, forçando correção de problemas e conquistas efetivas para a cidade**
- 25 **CPI denuncia fraudes na operação dos ônibus e pressão por melhorias dá resultado**
- 29 **CPI da Pampulha vê crimes nos contratos de limpeza e recuperação da lagoa e sugere indiciamento de onze pessoas**
- 32 **Omissão da Prefeitura aumenta vulnerabilidade de pessoas em situação de rua**
- 36 **Precariedade de conselhos tutelares em BH compromete proteção dos direitos de crianças e adolescentes**
- 39 **Emendas de execução obrigatória garantem recursos com destino certo**
- 45 **Acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência**
- 50 **Ações afirmativas ampliam oportunidades e ajudam a reduzir discriminação racial**
- 54 **Cuidado mútuo: a conexão entre humanos e animais na nova legislação**
- 60 **Aproveitamento de prédios antigos pode dar cara nova ao Centro de BH**
- 64 **Está mais fácil para o cidadão participar**
- 71 **Casa do Povo e da Arte**
- 77 **Restaurante popular é reaberto e serve quase quinhentas mil refeições em dois anos**
- 79 **Crianças, jovens e adultos têm oportunidade de desenvolver a cidadania**
- 84 **Reforço bem-vindo: novos servidores ajudam a tirar projetos do papel na CMBH**
- 87 **Planejamento estratégico busca maior eficiência nos serviços prestados aos vereadores e aos cidadãos**
- 90 **Câmara sai das urnas mais negra e mais feminina**

PALAVRA DO PRESIDENTE



Em 12 de dezembro de 2022, fui escolhido por 21 parlamentares para presidir a Câmara Municipal de Belo Horizonte no biênio 2023-2024. Finalizo este período de dois anos como presidente do Poder Legislativo com a leveza de ter feito o que prometi e, sobretudo, de ter mantido esta casa livre da corrupção, que tanto a marcou em presidências anteriores...

Entre as medidas por mim adotadas está a retirada dos gradis instalados entre as portarias 1 e 2, para que a população tenha livre acesso à área onde foi criada a Praça da Constituinte. O espaço estava fechado há anos. No lugar houve elaboração paisagística, que valorizou ainda mais a escultura de Amílcar de Castro e a escultura de Oscar Niemeyer. Tudo sem gastar um centavo do dinheiro público, uma vez que contamos com a parceria da iniciativa privada, que acreditou no projeto.

Ainda em cumprimento a uma de minhas promessas, transformei parte da Câmara Municipal em um espaço democrático de acesso à cultura e à história da nossa cidade. Criei o Corredor Cultural Alberto da Veiga Guignard, com exposição de obras da artista Yara Tupinambá e a mostra *Belo Horizonte ontem e hoje: Poder Legislativo sempre presente*, que propõe uma reflexão sobre a capital mineira a partir das trajetórias dos

Poderes Legislativo e Executivo.

Também reabri ao público o Restaurante Popular, que recebe cerca de mil pessoas por dia. O espaço, que oferece almoço a R\$ 3, foi qualificado e reformado, para receber os cidadãos de Belo Horizonte, sobretudo os que vivem em vulnerabilidade social.

A proposta de tornar a Câmara Municipal mais acessível e aberta à população da nossa cidade veio acompanhada de medidas importantes de segurança. Foram implantados modernos equipamentos de detectores de metais em todas as portarias.

Outra ação de minha autoria como presidente do Legislativo foi a ampliação do acesso da imprensa às reuniões no Plenário Amintas de Barros. Esse direito dos profissionais está garantido com a publicação da Resolução 2.106, que passou a permitir a entrada de jornalistas no espaço antes restrito aos vereadores, fotógrafos e cinegrafistas durante as reuniões ordinárias e extraordinárias.

A medida possibilitou uma cobertura jornalística mais dinâmica, sem abrir mão de mecanismos que garantam a normalidade do transcurso das reuniões, além de promover maior transparência das atividades legislativas.

Para garantir um corpo técnico qualificado, fiz um concurso público para mais de 90 vagas, número que foi definido após escuta ativa de todos os setores da Casa.

Aliás, escuta ativa foi uma das minhas premissas enquanto gestor desta Câmara Municipal. Reuni-me mensalmente com representantes do sindicato dos servidores, ouvindo e acolhendo suas demandas, sempre que possível.

Ainda como resultado de uma das minhas promessas, mantive minha meta de reduzir, significativamente, o número de proposições em tramitação. Porque ter uma infinidade de normas, muitas inconstitucionais, só dá volume, mas não resolve a vida de ninguém. E economizei recursos públicos, devolvendo à Prefeitura de Belo Horizonte R\$ 140 milhões só em 2023, para garantir melhorias na cidade, especialmente do transporte público. Compromisso que mantive em 2024, devolvendo mais de R\$ 110 milhões.

Ao longo de todo este período, esforcei ainda para termos um Poder Legislativo autônomo, independente e fiscalizador das ações do Executivo, ainda que isso tenha me custado pessoalmente. A democracia e a independência entre funções do Poder exigem seus sacrifícios. Pelo bem da nossa cidade e de quem nos elegeu.

Espero que esta minha contribuição, especialmente enquanto presidente da Câmara Municipal, permaneça viva nas legislaturas que virão.

Boa leitura!

Gabriel Sousa Marques de Azevedo

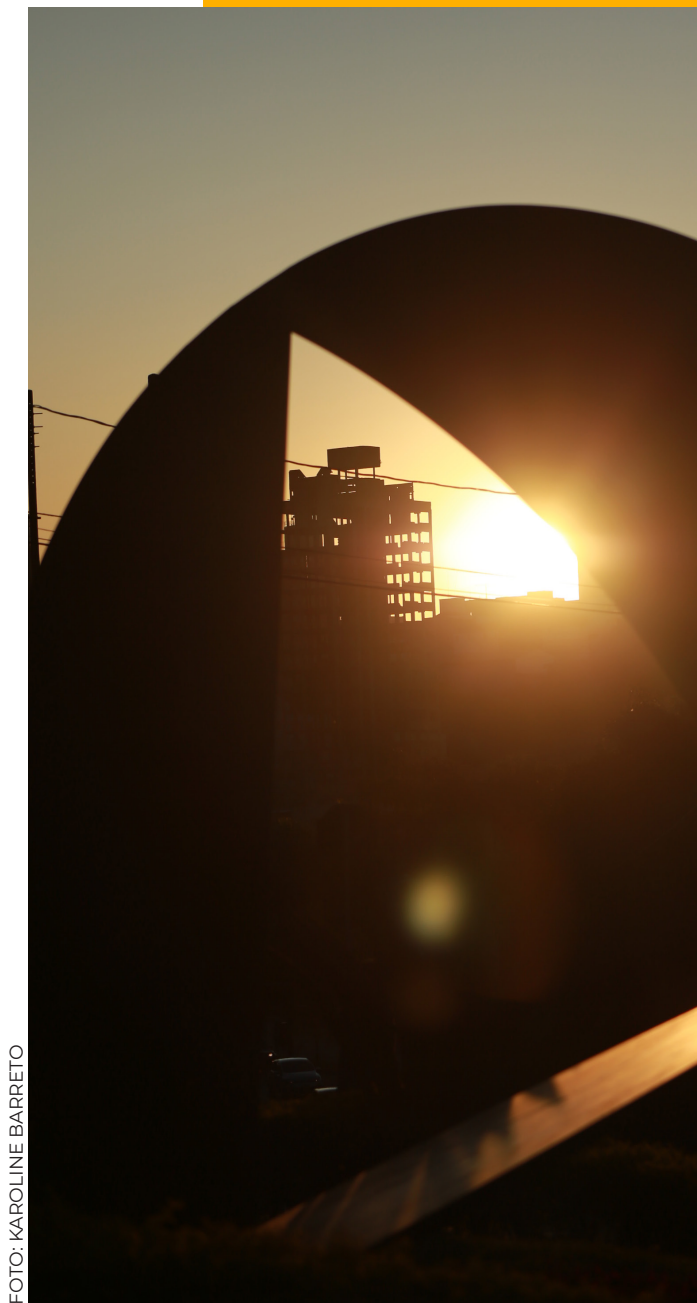


FOTO: KAROLINE BARRETO

EDITORIAL



Com o objetivo de levar ao cidadão o máximo de informações sobre a atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Superintendência de Comunicação Institucional (Supcin) lança a publicação “Câmara em Revista”. Com veiculação bienal, a edição apresenta um balanço das principais ações institucionais e legislativas – o que já é feito de forma fragmentada por meio de notícias no Portal CMBH e das redes sociais. Acreditamos que, ao reunir num exemplar o que foi destaque a cada dois anos, oferecemos à população mais um canal de acesso à cobertura das ações parlamentares que se constitui como fonte de memória objetiva e permanente. Para as vereadoras e os vereadores, a revista confere maior visibilidade e transparência às suas realizações, prestando contas por meio de informação precisa, plural, apartidária e com foco no interesse público – o que caracteriza a produção jornalística da Supcin.

A edição de número 1 apresenta os resultados de 2023 e 2024, anos que fecham a 19ª Legislatura. Logo na abertura da revista, você encontra um apanhado quantitativo do biênio: projetos aprovados pelo Plenário e distribuídos por área temática; pedidos de informação enviados; visitas técnicas solicitadas; audiências públicas realizadas; Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) instauradas; e alterações do Regimento Interno. O levantamento traz ainda números do orçamento da Câmara e valores

devolvidos à Prefeitura.

Na sequência, reportagem traduz o mote da gestão: reduzir os projetos em tramitação, aprovar proposições relevantes e juridicamente viáveis e fortalecer a função fiscalizatória do Poder Legislativo. Uma série de quatro matérias sobre as CPIs que funcionaram no período – Ônibus sem Qualidade, Pampulha, População de Rua e Assistência Social – dá um panorama do papel de investigação assumido pelas vereadoras e pelos vereadores. A participação das parlamentares e dos parlamentares no processo de definição do orçamento de BH, por meio das emendas impositivas, é tema da reportagem seguinte.

Para exemplificar como as leis produzidas pela Câmara impactam a vida na cidade, apresentamos uma série de quatro matérias cujas histórias são contadas por personagens, pessoas comuns que foram – ou podem ser – beneficiadas por iniciativas de origem parlamentar ou aprovadas pelas vereadoras e pelos vereadores. A série aborda as temáticas pessoas com deficiência, igualdade racial, direitos dos animais e retrofit (legislação que estimula a ocupação de prédios antigos no Centro).

Outra marca do biênio foi a abertura da Casa à população, por meio do Banco de Ideias no Portal CMBH e da facilitação da apresentação de

sugestões de projetos de lei, assim como a partir da reinauguração do Refeitório Popular, fechado desde a pandemia. O estímulo à ocupação dos espaços do Palácio Francisco Bicalho pela arte, com o lançamento do Câmara Cultural, e o incentivo à educação para a cidadania também são destaques do período. Os assuntos são abordados em reportagens especiais.

Na linha do tempo de ações institucionais, você tem um panorama cronológico de fatos que marcaram a gestão, como a criação dos Comitês do Compliance e da Igualdade Racial, o desenvolvimento do app BH pra Você, a entrega da Praça da Constituinte, a adoção de modelo de gestão, a criação da Procuradoria da Mulher e da Bancada Feminina e a conclusão de obras estruturais na sede da CMBH. Uma dessas ações, a realização de concurso público para o quadro de servidores efetivos, é tratada em reportagem, seguida por resumo das principais entregas do Planejamento Estratégico (PLANES) da Secretaria da Casa. Fechando a edição, uma análise do resultado das eleições de 2024 e uma geral sobre a composição da Câmara de BH na próxima legislatura (2025/2028).

Por meio deste balanço, mostramos como as vereadoras e os vereadores trabalharam para a construção de uma cidade melhor, alcançando conquistas importantes na defesa da qualidade do transporte público e com políticas de inclusão, por exemplo. Deixo aqui meu convite para que você conheça um pouco do que foi feito nesses dois anos, na forma de alguns marcos dignos de registro na atividade legislativa, fiscalizadora e administrativa desta que é uma Casa na qual vereadoras e vereadores, colaboradoras e colaboradores servem ao povo belo-horizontino. Uma ótima leitura e um excelente 2025!

Priscila Leão Resende de Melo
Superintendente de Comunicação
Institucional



FOTO: ABRAÃO BRUCK

CARÔMETRO

19ª LEGISLATURA



ÁLVARO DAMIÃO
União



BRAULIO LARA
Novo



BRUNO MIRANDA
PDT



CIDA FALABELLA
PSOL



CIRO PEREIRA
Republicanos



CLÁUDIO DO MUNDO NOVO
PL



CLEITON XAVIER
MDB



DR. BRUNO PEDRALVA
PT



DR. CÉLIO FROIS
PV



FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
Novo



FERNANDO LUIZ
Republicanos



FLÁVIA BORJA
DC



GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO
MDB



GILSON GUIMARÃES
PSB



HELINHO DA FARMÁCIA
PSD



HENRIQUE BRAGA
MDB



IRLAN MELO
Republicanos



IZA LOURENÇA
PSOL



JANAINA CARDOSO
União



JORGE SANTOS
Republicanos



JOSÉ FERREIRA
PODE



**JUNINHO
LOS HERMANOS**
Avante



LOÍDE GONÇALVES
MDB



MANINHO FÉLIX
PSD



MARCELA TRÓPIA
Novo



MARCOS CRISPIM
DC



MARILDA PORTELA
PL



MILTINHO CGE
PDT



PEDRO PATRUS
PT



PRETO
União



**PROFESSOR
CLAUDINEY DULIM**
Avante



**PROFESSOR
JULIANO LOPES**
PODE



PROFESSORA MARLI
PP



PROFESSORA NARA
REDE



**RAMON BIBIANO DA
CASA DE APOIO**
Republicanos



**REINALDO GOMES
PRETO SACOLÃO**
DC



RUBÃO
PODE



**SÉRGIO FERNANDO
PINHO TAVARES**
MDB



WAGNER FERREIRA
PV



WANDERLEY PORTO
PRD



WILSINHO DA TABU
PODE

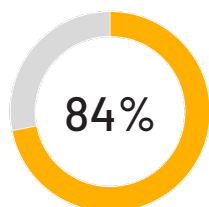


FIQUE POR DENTRO

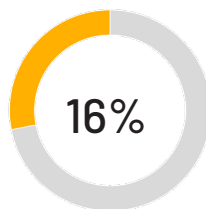
Dois anos de muito trabalho

Conheça alguns números da Câmara nas sessões legislativas de 2023 e 2024

269 Projetos de Lei foram aprovados pelo plenário *

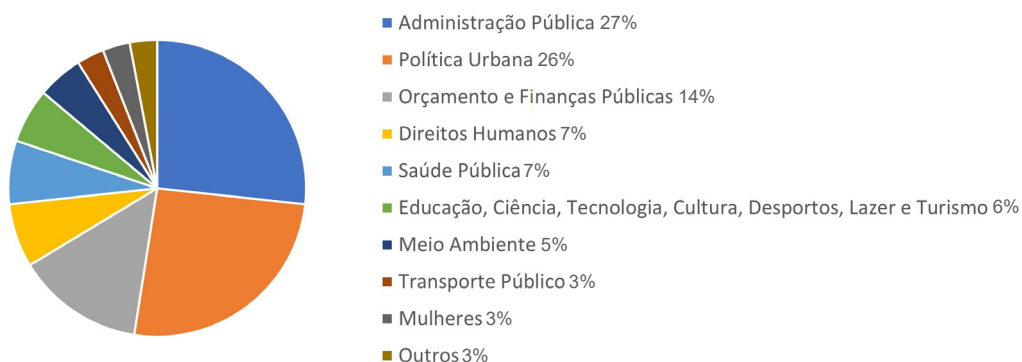


Autoria do Legislativo

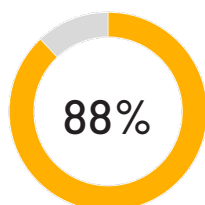


Autoria do Executivo

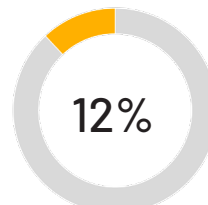
Divisão por área



599 Projetos foram levados ao Plenário *



Aprovados



Rejeitados

2.138

pedidos de
informação
enviados

2.108

visitas técnicas
solicitadas

285

audiências
públicas
realizadas

7

alterações no Regimento
Interno aprovadas

4

Comissões
Parlamentares
de Inquérito (CPI)
instauradas

* até 31 de outubro

R\$ 399.172.400

foi o Orçamento da Câmara em 2023

R\$ 149.885.997

foram devolvidos à Prefeitura (quase 40% do orçamento total da Câmara para o ano), o equivalente a:

3X

o custo de implantação do Centro de Educação Integral (CEI) Imaculada Conceição, na Rua da Bahia

50

ônibus elétricos

**1
MILHÃO**

de cestas básicas

R\$ 449.031.000,00

foi o Orçamento da Câmara em 2024

Mais de R\$ 110 milhões**

foram devolvidos à Prefeitura (quase 25% do orçamento total da Câmara para o ano), o equivalente a:

75X

o orçamento anual do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

**220
MIL**

auxílios moradia

**36,6
MILHÕES**

de almoços em um dos cinco Restaurantes Populares de BH

**valor estimado, já que esta edição foi fechada no mês de novembro de 2024

Limpeza da pauta e foco na fiscalização marcam biênio

Gestão reduziu projetos em tramitação, votou os conclusos e fortaleceu função fiscalizadora

Suzana Linke

Na maioria das vezes, quando se fala em vereador, as pessoas pensam em sua função legislativa, ou seja, sua capacidade de criar, alterar ou revogar leis municipais. Muita gente não sabe, ou se esquece, do importante – e talvez o principal – papel do vereador: fiscalizar a atuação do Executivo, acompanhando programas, uso de recursos, realização de obras e prestação de serviços. Ainda no século XIX, o filósofo e economista Stuart Mill ressaltava que, além de constituir o fórum de debates e diálogo entre o poder público e a população, o parlamento tem a missão de “vigiar e controlar o governo, de jogar as luzes da publicidade sobre seus atos e compeli-lo à sua completa exposição e justificação”.



Diante do vasto estoque de leis municipais (mais de 12 mil), a Câmara de BH priorizou nos últimos dois anos a intensificação da sua função fiscalizadora. O primeiro passo para romper a cultura de se medir a produtividade parlamentar pela quantidade de leis aprovadas - muitas vezes inconstitucionais, inócuas ou desnecessárias - foi reduzir significativamente o número de propostas em tramitação. “Nos primeiros quatro meses de 2023, num esforço coletivo com meus colegas, reduzimos de quase 700 para menos de 100 projetos em andamento na Câmara”, explica o presidente Gabriel Sousa Marques de Azevedo (MDB).

Com menos projetos tramitando, foi possível colocar em pauta no Plenário todos os conclusos (aqueles que já foram analisados nas comissões). Embora essa decisão seja de competência do presidente, ressalta Gabriel, o Colégio de Líderes reuniu-se mensalmente para deliberar sobre as propostas que entrariam em apreciação. A medida permitiu “limpar a pauta” da Casa, até então sobrecarregada de proposições que tramitavam há até dez anos.

“ No lugar do volume de proposições, poucos e melhores projetos, mais objetivos, relevantes e juridicamente viáveis contribuem para a racionalização das normas da cidade

O professor e pesquisador Ronaldo Quintanilha da Silva, mestre em Poder Legislativo pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, reforça que

a atividade de legislar precisa ser acompanhada de verificações acerca dos propósitos e resultados. No lugar do volume de proposições, no que concerne à função legisladora, poucos e melhores projetos, mais objetivos, relevantes e juridicamente viáveis contribuem para a racionalização do arcabouço normativo do município.

A partir daí foi possível focar a atuação da Câmara no fortalecimento e qualificação da sua função fiscalizadora, principalmente no acompanhamento e monitoramento da aplicação dos recursos municipais e dos resultados alcançados.

AUDIÊNCIAS, VISITAS TÉCNICAS E CPIS

O Legislativo dispõe de diferentes formas para exercer a função de fiscalizar. Entre os instrumentos previstos na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da CMBH estão os pedidos de informação, encaminhados por meio das comissões. Por meio deles, qualquer vereador pode solicitar ao Executivo dados sobre políticas públicas em andamento, gastos realizados, contratos firmados, entre outras questões. No biênio, a Câmara enviou mais de 5 mil questionamentos a diversos órgãos das três esferas de governo. Nas audiências públicas - 159 em 2023 e 104 até agosto de 2024 - os parlamentares dão voz às queixas e demandas de diferentes comunidades e segmentos da população, consultam especialistas, questionam e cobram os gestores públicos.

Outra forma regimental de fiscalização é a realização de visitas e inspeções em obras, escolas, postos de saúde, praças e parques, entre outros locais de interesse coletivo. Nessas vistorias, também requeridas às comissões, o parlamentar pode conferir de perto as

condições estruturais e a qualidade dos serviços prestados nos equipamentos públicos, verificar o cumprimento das normas e conversar com envolvidos e afetados, identificando problemas e buscando soluções. Somente nos últimos dois anos, foram aprovadas quase 1.400 visitas técnicas.

Um dos mecanismos de fiscalização mais efetivos e abrangentes, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investiga indícios e denúncias referentes à gestão de recursos, contratação e execução de obras e serviços e outras atividades de responsabilidade do Município. No biênio, foram quatro CPIs: Ônibus sem Qualidade, Lagoa da Pampulha, População em Situação de Rua e Assistência Social.

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS DA PBH

Além de debater e aprovar os projetos da Prefeitura que definem, anualmente, a receita e as despesas da cidade, podendo modificá-los por meio de emendas, a Câmara recebe, a cada quatro meses, a prestação de contas da execução orçamentária e julga as contas do Município. É um ciclo extenso e complexo, com grande volume de dados.

Para facilitar o acesso de vereadores, cidadãos e entidades aos números e indicadores da Administração Municipal, a Câmara lançou, em 12 de dezembro de 2023, aniversário da capital mineira, a plataforma BH pra Você, em parceria com a Fundação Dom Cabral. Inovadora, a ferramenta permite o acompanhamento atualizado da arrecadação, dos gastos e dos indicadores de saúde, educação, assistência social, habitação e urbanismo em cada regional da cidade.

“A plataforma transforma dados oficiais em uma experiência interativa e acessível. Por meio

de elementos de gamificação e linguagem clara, desenvolvemos uma ferramenta digital que simplifica o complexo, permitindo que todos, independentemente do seu conhecimento técnico, explorem e compreendam a alocação dos recursos públicos”, explica Marcela Trópia (Novo), secretária-geral da Mesa Diretora e responsável por acompanhar o desenvolvimento do instrumento.

Este presente da Câmara para a cidade, na avaliação do presidente Gabriel, foi oportuno, considerando que a capital mineira ficou em penúltimo lugar no quesito transparência pública no ranking da Controladoria Geral da União (CGU). “Nossa meta é estar no topo desta lista. Uma cidade que não é transparente não é democrática, não respeita o dinheiro do povo e não avança em políticas públicas”, afirma.

“

Inovadora, plataforma BH pra Você, desenvolvida em parceria com a Fundação Dom Cabral, permite o acompanhamento atualizado da arrecadação, dos gastos e dos indicadores de saúde, educação, assistência social, habitação e urbanismo em cada regional

De acordo com o pesquisador Ronaldo Quintanilha da Silva, o aperfeiçoamento e a consolidação do processo democrático exigem que a sociedade detenha amplas possibilidades de fiscalizar e controlar a

eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e do desempenho do poder público na execução de suas ações, e cabe ao Legislativo facilitar e incentivar essa participação popular.

PARCERIAS COM MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS

Em junho de 2023, a Câmara e o Tribunal de Contas da União (TCU) assinaram acordo de apoio mútuo, envolvendo o intercâmbio de informações, experiências e tecnologias, também com foco na governança pública e na função fiscalizatória. Nesse contexto, foi realizada, já em 2024, a série de quatro encontros Fiscalização em Pauta, em que especialistas e auditores do órgão compartilharam com vereadores e servidores reflexões e metodologias com o intuito de fomentar e encorajar o papel fiscalizador do Legislativo Municipal.

No início do ano, a Casa também formalizou termo de cooperação com o Ministério Público de Contas do Estado, a fim de “institucionalizar mecanismos que garantam a permanente articulação entre os órgãos, com objetivo de desenvolver estratégias e otimizar ações para conferir maior eficiência, efetividade e eficácia no cumprimento das missões institucionais dos signatários”.

COMPLIANCE E CONTROLE INTERNO

Visando o controle interno mais eficaz e a prevenção de ilicitudes no âmbito da própria instituição, a Mesa Diretora formalizou o compromisso com a ética, transparência, probidade e integridade. Em fevereiro de 2023, a Casa criou o Comitê de Compliance

(Portaria 20.596), voltado à implementação de políticas anticorrupção e antissuborno. Integrado por vereadores e servidores, o comitê promoveu seminários e palestras e criou subgrupos temáticos para contribuir na construção das políticas e normativas.

“Como resultado da iniciativa, foi estruturado o Sistema de Controle Interno da Casa, por meio da Lei 11.565/2023, que estabelece diretrizes para o Código de Ética e Conduta dos Agentes, a Política de Integridade nas Contratações e Política de Brindes e Presentes da CMBH”, celebra a vereadora Fernanda Pereira Altoé (Novo), que presidiu o comitê. Em maio e junho de 2023, as chefias participaram de Oficinas de Gestão de Integridade, ministradas por especialistas e consultores externos, para instruir o mapeamento e o tratamento de riscos da instituição.

Outra portaria publicada no período tornou mais transparente a prestação de contas do Legislativo, incluindo entre as informações número de reuniões e audiências públicas realizadas; número de proposições votadas e aprovadas; despesas totais por contrato administrativo e de prestação de serviços; e valores mensais disponíveis para o custeio de cada gabinete parlamentar e servidores de recrutamento amplo.

Ao receber, em 31 de outubro, os novos vereadores eleitos para os próximos quatro anos (2025-2028), Gabriel assegurou que todos os contratos foram auditados e que a Câmara “está livre de escândalos”, recomendando aos novatos que façam bom uso das funções legislativa e fiscalizadora da instituição.



“ Foi criado o Comitê de Compliance, voltado à implementação de políticas anticorrupção e antissuborno, e estruturado o Sistema de Controle Interno

NOVAS LEIS FAVORECEM TRANSPARÊNCIA

A CMBH aprovou, em 2023 e 2024, leis que simplificam o acesso do cidadão aos números e informações que indicam o desempenho do Município na gestão de recursos, gastos e resultados em diferentes áreas, facilitando a fiscalização por parte do Legislativo e da população.

A Lei 1.489/2023 estabeleceu normas de governança pública e gestão de riscos para a gestão fiscal, orçamentária e para o desempenho da receita e da despesa do Município. Ainda em 2023, a Lei 11.509 passou a exigir a publicação, em canais oficiais, dos critérios de cálculo do IPTU, uma das maiores fontes de arrecadação, e das formas de contestação do tributo pelo contribuinte.

A Lei 11.557/2023, por sua vez, tornou obrigatória a avaliação de integridade das empresas nas contratações públicas para execução de obra com valor superior a R\$ 3 milhões e de serviços ou compras superiores a R\$ 1 milhão.

Na área da educação, foi imposta a divulgação da receita e da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e dos dados de frequência de alunos da rede pública, notas das avaliações de desempenho das escolas e assiduidade de professores (Leis 11.500/2023 e 11.550/2023, respectivamente).





FOTO: ABRÃO BRUCK



ABERTURA DE CPIS

Quatro CPIs apontam irregularidades, forçando correção de problemas e conquistas efetivas para a cidade

Presentes desde a redemocratização do país, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) têm demonstrado potencial para promover avanços concretos nos governos e na sociedade. Biênio teve quatro CPIs: Ônibus sem Qualidade, Pampulha, População em Situação de Rua e Assistência Social

Agdalice Araújo



FOTO: BRENO PATARO

CADÊ O CIMENTO?

A indústria nacional do cimento foi objeto da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que se tem notícia, instaurada no país após a Constituição de 1946. Em 1952, artigo da Carta Magna que trazia de volta a possibilidade de a Câmara e o Senado Federal estabelecerem o inquérito foi regulamentado e, dentre as regras, estavam o poder para convocar ministros de Estado e outras autoridades e a tipificação de crime a prestação de falso testemunho ou atos que dificultassem o trabalho de investigação. O Brasil havia deixado para trás o período histórico conhecido por Estado Novo (1937-1945), quando uma ditadura comandada por Getúlio Vargas extinguiu as duas casas legislativas e os partidos políticos. No início da década 50, após o recebimento de denúncias vindas de diversas partes do país, os senadores decidem investigar as razões do sumiço do cimento, dos altos preços praticados, além das denúncias de desvios e de sua comercialização clandestina.

ENDIVIDAMENTO DA PREFEITURA

No nível local, a primeira CPI instalada no município também coincide com o momento em que o país experimentava os ares da redemocratização, com o lançamento da Constituição de 1988, conhecida como 'Constituição Cidadã', em razão de seu papel

inovador na garantia dos direitos humanos e civis dos brasileiros. Registros hoje disponíveis no fundo de documentos digitalizados da Câmara de BH, no Arquivo Público da Cidade, mostram que, em 1989, o legislativo da capital instaurou inquérito para apurar o levantamento de dívidas contraídas pela administração municipal, entre os anos de 1979 a 1988. No requerimento, assinado pelo então vereador Roberto Carvalho, estavam o nome de outras personalidades conhecidas e que influenciaram as décadas seguintes da cena política belo-horizontina, como Patrus Ananias, Antônio Pinheiro e Eugenio Parizzi. O colegiado teria ainda entre as suas atribuições avaliar a real situação orçamentário-financeira da Prefeitura, como também todo o seu processo de endividamento, "podendo, para tanto, convocar quaisquer autoridades e/ou indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos".

AVANÇOS PARA OS GOVERNOS E A SOCIEDADE

Mesmo com décadas de diferença entre os inquéritos, as CPIs têm demonstrado, ao longo dos anos, seu potencial para promover transformações e avanços concretos nos governos e na sociedade. Entre as ferramentas que dispõem para promover a investigação estão a intimação

e inquirição de testemunhas, a feitura de pedidos de informações e requisição de documentação, pedidos de quebra de sigilo bancário ou telefônico e ainda convocação de autoridades, como ministros e secretários. As CPIs têm prazo regimental de 120 dias para realização das suas investigações, podendo este período ser prorrogado por mais 60 dias, mediante aprovação de todos os seus membros. Os trabalhos da comissão também podem ser encerrados antes do prazo, caso a investigação tenha atingido o seu objetivo.

No caso da indústria do cimento, além da venda fiscalizada pelo governo federal, outras medidas de desdobramento do inquérito incluíram incentivos à indústria nacional de cimento - em 1953, o Congresso autorizou o Executivo a conceder “facilidades públicas” (isenção de impostos) para a instalação de fábricas do produto no Brasil. Ainda naquela década, o país se tornou autossuficiente na produção do insumo.

Já em BH, segundo o ex-vereador Roberto Carvalho, as investigações foram importantes, para que as informações básicas das últimas administrações fossem compartilhadas. Segundo o ex-vice-prefeito, os dados obtidos pela CPI das Contas e Administração Pública municipais foram a construção da Lei Orgânica - escrita e promulgada naquela legislatura. “Não havia ‘portal da transparência’ naquela época, o

sigilo era o vício mais presente no período pós Estado de exceção”, lembrou.

De lá pra cá, outras dezenas de CPIs foram instauradas na Câmara Municipal. Entre 1993 e 2023, estiveram em funcionamento 23 comissões parlamentares de inquérito.

DOIS ANOS E QUATRO INQUÉRITOS

Nos últimos dois anos, quatro CPIs foram instauradas na cidade – Ônibus sem Qualidade, População em Situação de Rua, Pampulha e Assistência Social. Número alto se considerada a média de uma por ano nas duas últimas décadas. Esse aumento pode refletir um posicionamento mais independente do Legislativo em relação ao Executivo, mas, certamente, também faz eco às insatisfações cristalizadas entre os belo-horizontinos. Entre as situações que perduram ano após ano estão a má qualidade do serviço prestado pelas empresas de transporte coletivo de ônibus na capital e a falta de uma solução definitiva que impeça o despejo de resíduos sanitários na Lagoa da Pampulha. Já a insuficiência e a precariedade dos abrigos para a população em situação de rua, assim como a falta de programas eficazes de reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho, são questões mais urgentes nos últimos anos dada a multiplicação no número de pessoas nesta condição na cidade.

CPI denuncia fraudes na operação dos ônibus e pressão por melhorias dá resultado

Leis aprovadas em função das investigações garantiram gratuidades, acréscimo de viagens e de veículos com ar condicionado, manutenção da frota e transparência do sistema

Agdalice Araújo

São 15h30 de uma tarde ensolarada e o dia de trabalho de Gustavo de Souza já está terminando. Na Estação São Gabriel, o jovem de 20 anos, que é garçom em um shopping da região, aguarda o ônibus da linha 8350 (Estação São Gabriel/Estação Barreiro) para voltar para casa, no bairro Industrial. O próximo horário de partida é às 15h45, e Gustavo comemora a



FOTO: BÁRBARA CREPALDI

possibilidade de chegar mais cedo. A vida dele e de muitos outros usuários mudou para melhor nos últimos meses, desde que novas viagens foram acrescentadas à linha 8350, que está entre as cinco que mais receberam viagens adicionais, superada apenas pelas linhas 8207 (Maria Goretti/Estrela Dalva) e 9250 (Caetano Furquim/Nova Cintra).

A criação da CPI dos Ônibus sem Qualidade na Câmara Municipal, em junho de 2023, foi decisiva para a implementação de leis que trouxeram melhorias efetivas aos usuários. No caminho até as conquistas, a CPI investigou denúncias de descumprimento do contrato do transporte coletivo de passageiros por ônibus em BH e a má qualidade dos serviços prestados pelas Viações TransOeste, que atende à região do Barreiro, e Torres, do Consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura em fiscalizar o cumprimento do contrato e garantir padrões mínimos de qualidade. Após mais de 100 dias de trabalho, o relatório final sugeriu, entre outras medidas, a rescisão dos contratos com as empresas BH Leste e TransOeste, bem como a encampação de veículos e garagens para garantir a continuidade do serviço até nova licitação ou contrato emergencial. Também recomendou intensificar a fiscalização dos veículos. “O que a Câmara pôde fazer ela fez por meio dessa comissão; fomos à investigação, recebemos denúncias, juntamos provas e agora esperamos providências do Ministério Público”, cobrou o presidente da CPI, vereador Jorge Santos (Republicanos).

Ele e os demais integrantes da comissão de inquérito - Loíde Gonçalves (MDB), relatora; Braulio Lara (Novo); Henrique Braga (MDB); Professor Juliano Lopes (Pode); Sérgio Fernando Pinho Tavares (MDB) e Wesley Moreira - realizaram visitas técnicas às garagens dos coletivos, registrando a falta de Autorização de Tráfego (AT) de alguns veículos

e condições precárias de dezenas de ônibus. “Exigimos providências efetivas para a nossa cidade, que tanto sofre com a precariedade do transporte que está nas mãos das grandes concessionárias, contando com a omissão da Prefeitura de BH. Graças aos esforços da CPI, a PBH iniciou a fiscalização e a retirada de ônibus em péssimas condições, mas ainda há muito a ser feito”, disse a relatora Loíde Gonçalves.

CONDUÇÃO COERCITIVA E CANAL DE DENÚNCIAS

A CPI dos Ônibus enfrentou resistência ao longo de suas investigações. Além das dificuldades em identificar os verdadeiros proprietários das empresas, muitas delas operadas por grupos familiares, a comissão precisou recorrer à condução coercitiva, quando uma testemunha é obrigada a prestar esclarecimentos. Isso ocorreu com Rubens Lessa, dono da Saritur, que não compareceu voluntariamente à oitiva. Lessa estava à frente do Consórcio BH Leste e, em 2022, envolveu-se em uma triangulação de dívidas, entregando cotas do consórcio operadas pela Viação Torres a Nilo Simões sem anuência do Município. Mesmo assim, a empresa continuou a receber subsídios.

Durante as investigações, acidentes envolvendo ônibus coletivos foram registrados, como no dia 31 de agosto de 2023, quando um veículo da linha 318, operado pela TransOeste, perdeu os freios. O dono da empresa, Fabiano Borges, que depunha na CPI no mesmo dia, afirmou que a vistoria estava em dia. Canal exclusivo e sigiloso para receber denúncias dos usuários foi criado pela CPI; entre as principais reclamações, veículos sujos e sem ar-condicionado, além de superlotação e perda de freios. Os mesmos problemas foram apurados pela CPI da BHTrans, em 2021, que sugeriu no relatório final, entre outros pontos, o indiciamento de donos de empresas de ônibus pelos crimes de

formação de cartel e associação criminosa. As imputações se referiam aos contratos assinados com o Município em 2008. As investigações da CPI da BHTrans apontaram que apenas uma empresa, a Tecnotran, foi responsável por produzir todas as propostas vencedoras do certame.

Belo Horizonte tem atualmente 2685 veículos em operação, distribuídos entre as 297 linhas que circulam pelos bairros da cidade. Os quatro consórcios (Consórcio Dez, Consórcio Pampulha, Consórcio BH Leste e Consórcio Dom Pedro II) que operam o sistema venceram licitação em 2008. Ao todo, 35 empresas operam uma engrenagem que movimenta uma receita entre R\$ 60 milhões e R\$ 70 milhões/mês.

LEIS AMPLIAM CONTROLE DO SISTEMA PELO MUNICÍPIO

Apenas no ano de 2023 foram aprovadas 14 leis, uma resolução e uma emenda à Lei Orgânica sobre o transporte coletivo na cidade. Dessas 16 normas, 14 tiveram origem na CMBH. As Leis 11.458/2023 e 11.459/2023 estão entre estas medidas. Assinada por 15 vereadores, a primeira alterou a forma de remuneração das empresas de ônibus, que passarão a receber por quilômetro rodado, em vez de por número

de passageiros, numa nova contratação. Já a segunda criou um sistema integrado de pagamento de tarifas e controle de acesso que possibilitou a coleta e o processamento de dados necessários ao planejamento e ao controle do serviço. A mudança também assegurou o uso de cartão de crédito, débito ou QR code nos ônibus.

Diante de um serviço mal prestado, para que a Prefeitura não fique refém do contrato de concessão, que se extingue só em 2028, a Lei 11.523/2023, também fruto de proposta dos vereadores, autoriza o Município a encampar o serviço de transporte por ônibus. Para tanto, prevê que todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário retornem à Administração Municipal caso a concessão seja extinta.

No sentido de ampliar a transparência e o controle nos gastos públicos com o transporte coletivo, a Lei 11.551/2023 determina que o Município publique, no site da Prefeitura, demonstrativos de arrecadação e de destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas de trânsito. Já a Lei 11.642/2023 proíbe a contratação de operadores dos sistemas de bilhetagem eletrônica que tenham vínculos de parentesco com proprietários de empresas de ônibus que prestam serviço para o Município.





FOTO: CLAUDIO RABELO

Visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os ônibus sem qualidade

SUBSÍDIO, GRATUIDADES E AR CONDICIONADO

Também fruto do trabalho dos vereadores da Capital, outra medida de impacto foi a conquista da tarifa zero para segmentos vulneráveis na cidade. Aprovada pela Câmara Municipal, a Lei 11.538/2023 assegurou a redução da tarifa e criou uma série de gratuidades inéditas no país, como para os moradores de vilas e favelas, à mulher vítima de violência e a doentes em tratamento na rede SUS. A lei permitiu o aporte de até R\$ 512 milhões às concessionárias do transporte coletivo e, em contrapartida, viagens com descumprimento de horário, veículos sem ar-condicionado, sem manutenção e limpeza adequadas não são consideradas para fins de recebimento do subsídio.

Segundo dados da Superintendência Municipal de Mobilidade Urbana (Sumob), desde julho de 2022, quando ocorreu o primeiro repasse do subsídio da Prefeitura, mais de 8 mil viagens diárias foram adicionadas ao sistema. Em julho de 2022, eram 16.321 viagens por dia útil; atualmente, são 24.395. Os dados revelam ainda

que em março de 2023, da frota total de veículos das empresas, 1.452 carros (60,5%) dispunham de ar-condicionado ou climatizador. Um ano depois, em março de 2024, este percentual já era de 78%, registrando 2.052 veículos com um dos dispositivos para aclimação.

A CMBH segue no trabalho de fiscalizar e propor melhorias para o transporte público da cidade. Neste ano de 2024, a Lei 11.722, também de origem parlamentar, tornou obrigatória a fixação do número de WhatsApp da Sumob nos ônibus para fins de reclamações e sugestões, por parte dos passageiros. Além disso, está em tramitação o Projeto de Lei 771/2023, que propõe que os veículos adquiridos a partir da implementação da remuneração complementar (Lei 11.458/2023) deverão ser devolvidos ao Município pelas concessionárias ao final do contrato de concessão. O entendimento é de que os novos ônibus que estão entrando em circulação, atualmente mais de 400, foram comprados com recursos públicos e devem ser devolvidos ao erário público.

CPI PAMPULHA

FOTO: CLÁUDIO RABELO



CPI da Pampulha vê crimes nos contratos de limpeza e recuperação da lagoa e sugere indiciamento de onze pessoas

Coleta de esgoto ao longo dos córregos que deságuam na lagoa e mais estações de tratamento são soluções para reverter poluição e recuperar cartão-postal

Alessandro Duarte

Desde 2013, foram gastos na Lagoa da Pampulha cerca de R\$ 145 milhões, sem que pudesse ser constatada uma melhora significativa nos índices de poluição das águas e de assoreamento do mais conhecido cartão-postal da capital mineira. Essa é uma das conclusões do relatório final da CPI da Pampulha, que apurou irregularidades na execução dos contratos de limpeza e recuperação da lagoa, movimentou a Câmara Municipal de Belo Horizonte nos primeiros meses de 2024 e sugeriu o indiciamento de três empresários, sete pessoas ligadas a órgãos da Prefeitura de BH e um ex-secretário municipal. Entre as condutas apontadas estão crimes como estelionato, corrupção passiva, falsidade ideológica, prevaricação e fraude em licitação. O relator Bráulio Lara (Novo) recomendou também ao Ministério Público a investigação da PBH, da Prefeitura de Contagem e da Copasa, além da continuidade da investigação dos envolvidos. “A Pampulha é o coração da nossa cidade e vem sendo muito maltratada nos últimos anos”, disse Bráulio, ao apresentar os principais pontos do documento de quase 700 páginas, em julho de 2024.

Iniciada no final de dezembro de 2023, a CPI realizou 15 reuniões ordinárias e extraordinárias, analisou mais de 10 mil páginas de documentos,

fez 11 oitivas, 11 visitas técnicas e dezenas de requerimentos e pedidos de informação. Os parlamentares recuperaram os trabalhos de uma outra CPI, iniciada em 2022, mas que teve seu primeiro relatório rejeitado e foi encerrada por término de prazo sem votação da conclusão final – o que foi alvo de críticas por causa de uma possível interferência da Prefeitura de BH. A segunda comissão parlamentar de inquérito sobre o tema foi suspensa dois dias depois de formada, em razão de uma liminar concedida pela Justiça ao Município, que questionou a abertura de nova investigação com o mesmo objetivo da anterior e proposta no mesmo dia em que a primeira encerrou os trabalhos. A suspensão durou cinco meses até que a 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais autorizou a instalação. “Eventual conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo em virtude da instauração da CPI não autoriza o Município a questionar, na via judicial, a atuação de seu próprio parlamento no exercício de sua prerrogativa institucional de fiscalizar atos do Executivo”, escreveu o relator, o desembargador Pedro Bitencourt Marcondes.

O conjunto formado pela lagoa e pelas construções localizadas em seu entorno, como o Santuário Arquidiocesano São Francisco de

*Visita técnica da
Comissão
Parlamentar de
Inquérito
sobre a limpeza
da Lagoa
da Pampulha*



FOTO: CLAUDIO RABELO

Assis, a Casa do Baile e o Museu de Arte da Pampulha, projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Mundial da Humanidade em 2016. Mas nem o título foi capaz de melhorar a situação das águas. “Há perda de aproximadamente 50% do volume da lagoa e de 20% do seu espelho d’água”, escreveu Braulio Lara. Entre os apontamentos do relatório final está a possibilidade de fraude no processo licitatório de 2013; ilegalidades na contratação do Consórcio Pampulha Viva, celebrado por inexigibilidade de licitação e renovado ano após ano; não atendimento das recomendações da Fundação Christiano Ottoni, contratada para realizar medições e prestar consultoria sobre os serviços junto ao consórcio; e plantio de vegetação invasora em trechos assoreados; entre outros. O relatório destaca ainda que, apesar de todas as questões levantadas, a PBH definiu por realizar nova contratação sem licitação em 2023, com aumento de 50% no valor anual, passando para R\$ 22,6 milhões. Há também a denúncia de que teriam sido jogadas dentro da lagoa 68 toneladas de pedras, o que contribuiu para o assoreamento e a mudança das características originais do espelho d’água.

PEDIDOS DE INDICIAMENTO

Foram enviados para o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com sugestão de indiciamento, os nomes do ex-secretário municipal de Obras e Infraestrutura Josué Costa Valadão; do então secretário da pasta, Leandro César Pereira; e dos servidores municipais Ricardo Aroeira e Ana Paula Fernandes, ambos da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas. Foram arrolados ainda o ex-secretário municipal de Meio Ambiente Mario Lacerda Werneck Neto; Marcelo Cardoso Lovalho, gerente de Manutenção de Apoio da

Zeladoria Urbana de BH; Maurício Canguçu Magalhães, gerente de Apoio à Manutenção da Zeladoria; e Mauro Lucio Ribeiro da Silva, ex-diretor de Obras da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap). Os responsáveis pelas três empresas que integram o Consórcio Pampulha Viva, Marco Antônio Andrade, Thiago Finkler Ferreira e Eduardo Ruga, são outros que podem ter de se acertar com a Justiça.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Mas nem tudo se limitou a apontar os problemas – e seus possíveis causadores. Segundo conclusões da CPI, a Pampulha não é um caso perdido. Convidado para falar de sua experiência com o Lago Paranoá, em Brasília, o diretor da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), Carlos Eduardo Pereira, contou que a bacia tem hoje coleta de esgoto ao longo de todos os cursos d’água, inclusive dos que estão localizados em outros municípios. Uma situação bem diferente da verificada no fim dos anos 1970, quando 100% do Paranoá estava tomado pela poluição. “Além do programa de despoluição, podem ser usadas técnicas a exemplo do biocontrole, que retira espécies como a tilápia que revolve muito o fundo do lago”, afirmou o químico. Atualmente, o Lago Paranoá é utilizado para pesca e atividades esportivas. Um sonho que parece distante para a Lagoa da Pampulha, mas pode se tornar realidade. “Visitamos todos os córregos que desaguam na Lagoa da Pampulha. Constatamos a chegada da poluição e atestamos que a Etaf (Estação de Tratamento de Águas Fluviais da Pampulha), que fica no final dos Córregos Ressaca e Sarandi, faz um excelente trabalho na despoluição das águas. Precisamos ampliar estes equipamentos para os outros córregos”, concluiu o presidente da comissão, Sérgio Fernando Pinho Tavares (MDB).

Omissão da Prefeitura aumenta vulnerabilidade de pessoas em situação de rua



FOTO: CLÁUDIO RABELO

Visita técnica da Comis

CPI apontou necessidade de criar novos albergues e centros de referência, ampliar horário de funcionamento dos equipamentos existentes e aumentar valor de auxílio moradia

Patrícia Brandão

Ao meio-dia de uma segunda-feira, o catador de recicláveis Ramon Maldonado apresenta seu documento e aguarda na fila para entrar no Restaurante Popular da Câmara Municipal. O local é apenas um dos equipamentos disponibilizados pelo poder público que Ramon, em situação de rua desde 2015, costuma frequentar para suprir necessidades básicas,



FOTO: ABRAÃO BRUCK

Ramon Maldonado é catador de recicláveis



Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a população em situação de rua

como tomar banho, lavar roupas, alimentar-se e dormir. De acordo com o catador, os serviços precisam melhorar. “A fila para entrar no Albergue Tia Branca, no bairro Floresta, é muito grande e não tem vaga garantida. A gente tem que chegar às 15h para conseguir um lugar, o que tira nosso tempo de trabalho”, afirma. As más condições dos abrigos e a concentração dos equipamentos em poucas regiões para atender às milhares de pessoas sem teto na capital mineira foram duas das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - População em Situação de Rua, instaurada em julho de 2023.

Ao longo de seis meses, os vereadores ouviram representantes da administração municipal, realizaram audiências públicas, avaliaram cerca de 10 mil páginas de contratos e documentos e fizeram 20 visitas técnicas aos abrigos, casas de passagem e Centros de Referência da População de Rua (Centros Pop). Os parlamentares concluíram que, apesar do orçamento da assistência social do Município ter crescido nos últimos anos, o valor não é bem utilizado, com recursos mais altos sendo

destinados a equipamentos com poucos atendimentos por dia e lugares com grande número de pessoas tendo verba insuficiente. Isso faz com que os serviços fiquem aquém do necessário. É o que Ramon vê diariamente. “No Centro Pop só tem um banheiro, porque o feminino está em reforma há um ano. Homens e mulheres têm que revezar os horários de uso, e as mulheres vão depois dos homens. Não acho que dá tempo de limpar direito antes delas usarem. A água empoça e as paredes estão cheias de lodo”, relata, sobre o Centro Pop Leste, também no Floresta.

POLÍTICAS PÚBLICAS INSUFICIENTES

O relatório final da CPI ressaltou a necessidade de ampliar os horários de atendimento dos equipamentos públicos, reforçar a segurança dentro deles e criar novos Centros Pop e abrigos em outras partes da cidade, já que a maioria fica concentrada na região Centro-sul. Trouxe informações sobre o estado precário do Abrigo Granja de Freitas, com lixo espalhado pelas áreas comuns e necessidade de reparos urgentes em pisos, paredes e telhados. O

documento denunciou ainda a existência de uma “indústria paralela do lixo” na região da Lagoinha, que lucra ao explorar um trabalho “análogo à escravidão” dos catadores de material reciclável.

Os parlamentares enfatizaram a necessidade de um trabalho coordenado entre as diferentes secretarias da administração municipal para retirar as pessoas do contexto de vulnerabilidade, oferecendo condições para que elas consigam se sustentar. O Programa Estamos Juntos, que tem esse objetivo, foi criticado por ter inserido apenas cinco pessoas no mercado de trabalho em quatro anos de existência. Já o Auxílio Moradia, de R\$ 500, é insuficiente para cobrir o valor dos alugueis na cidade, e os poucos imóveis que se enquadram nesse preço não recebem aprovação dos fiscais da Prefeitura para entrar no programa.

Relatos de problemas nos entornos de abrigos ou causados por barracas e moradias improvisadas também foram incluídos no texto, desde o acúmulo de lixo nas ruas até o aumento da ocorrência de furtos e cenas de violência. “Olhe o estado que está o bairro da Lagoinha,

a Savassi, o Barro Preto. Diversas regiões da cidade estão extremamente degradadas. Belo Horizonte não pode ficar esperando virar uma cracolândia de São Paulo”, disse Braulio Lara (Novo), presidente da comissão. Para o relator Cleiton Xavier (MDB), a ocupação dos espaços públicos impede o bom funcionamento da cidade. “A presença constante de moradores de rua em parques, praças e calçadas impede que esses locais sejam aproveitados pela comunidade para lazer e atividades sociais, afetando a qualidade de vida urbana”, afirma no relatório. Esse tema foi ponto de discordância entre os parlamentares. Dr. Bruno Pedralva (PT), que votou contra a aprovação do documento, afirmou que as pessoas que eventualmente precisam dormir na rua não podem ser vistas como “privilegiadas”. “Infelizmente, essa é uma consequência de uma situação de degradação, de fragilidade, de extrema vulnerabilidade”, defendeu.

NÚMEROS CONFLITANTES

Pelo menos 5,3 mil pessoas vivem nas ruas de Belo Horizonte. É o que afirma o Censo POP Rua 2022, realizado pela Prefeitura em parceria



FOTO: CLÁUDIO RABELO

com o Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde (Naves) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O número representa um crescimento de 193% em relação ao censo anterior, feito em 2013, em que havia 1,8 mil pessoas em situação de rua em BH. Mas, de acordo com a CPI, a quantidade pode ser muito maior. “Quando a gente vai confrontar esse número com o que foi apurado pelo governo federal, inclusive dentro dos registros do CadÚnico, temos a informação de que ele ultrapassa 11.800 moradores em situação de rua”, afirmou Cleiton Xavier durante a última reunião da comissão.

De acordo com nota técnica citada no relatório final da CPI, publicada pelo Programa Transdisciplinar de Extensão, Ensino e Pesquisa Social Aplicada Polos de Cidadania da UFMG, mais exatidão nos dados e maior frequência de coleta deles seriam essenciais para que o poder público conseguisse garantir direitos fundamentais para as pessoas em situação de rua. O documento “População em Situação de Rua: Violações de Direitos e (de) Dados Relacionados à Aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais” ressalta que os

repasses federais para a execução de políticas públicas de assistência são condicionados ao CadÚnico, sistema alimentado pelos dados coletados pela Prefeitura. “Ao deixar de angariar os recursos de nível federal, a administração pública compromete o trabalho do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e de toda forma de auxílio direto ou indireto que as pessoas em situação de rua tanto precisam”, afirma o estudo.

ENCAMINHAMENTOS

Além do aumento do valor do Auxílio Moradia, a CPI trouxe outras seis indicações para aprimorar as políticas municipais, incluindo o fomento do Programa Estamos Juntos e a realização de ações conjuntas pelas pastas de Saúde e de Assistência Social no Programa Consultório na Rua. O documento também definiu a comunicação ao Supremo Tribunal Federal (STF) de que a Prefeitura não tem cumprido decisões do tribunal relacionadas à população de rua. Uma liminar de agosto do ano passado obriga o poder público a criar instrumentos de diagnóstico permanente, programas de enfrentamento e prevenção à violência que atinge essa população e formulação de políticas para fomentar a saída da rua.

Após as visitas técnicas e diálogos com o Município, algumas ações já foram realizadas, a exemplo dos serviços de manutenção e reparo das áreas comuns e telhados do Abrigo Granja de Freitas e limpeza das ruas no entorno do Abrigo São Paulo, que fica no bairro Primeiro de Maio. “Ouvimos dos moradores da região do Primeiro de Maio que a rua ficou parecendo do Belvedere depois que a CPI esteve lá, de tão limpa”, disse Braulio Lara.



Precariedade de conselhos tutelares em BH compromete proteção dos direitos de crianças e adolescentes

Faltam unidades, pessoal e estrutura para o atendimento, conforme apuração iniciada por CPI e seguida por Comissão Especial. Projeto passa de 10 para 23 número de conselhos tutelares na cidade

Luiza Rocha

Número insuficiente de unidades de atendimento, falta de pessoal e estrutura, sobrecarga de trabalho, salário defasado. Essas foram algumas das conclusões da apuração que teve início em junho de 2023, com a criação da CPI da Assistência Social, e prosseguiu com a Comissão Especial

de Estudos para Melhoria dos Conselhos Tutelares, formada em novembro daquele ano. Relatório produzido após visitas técnicas e audiências públicas aponta que até mesmo o sigilo das pessoas atendidas - normalmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade - está comprometido em razão de não haver, em algumas unidades, salas com isolamento acústico. A segurança dos profissionais no exercício do trabalho também é uma preocupação. “Já tivemos caso de adolescente que surtou dentro do conselho tutelar e nós acionamos o SAMU, que sequer veio para atender esse adolescente, e situações envolvendo agressão física contra conselheiro. No máximo, o que conseguimos é o apoio da Guarda Municipal”, afirma um conselheiro de uma das regionais. Também houve acusações de ilegalidades nas exigências do edital para eleição de novos conselheiros, e problemas nos contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Em vista do cenário, a comissão de estudo apresentou o Projeto de Lei 978/2024, que, dentre outras medidas, propõe a ampliação do número de conselhos e aumento da remuneração dos conselheiros.

Os conselhos tutelares têm o objetivo de zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Cada unidade é composta por cinco membros, escolhidos por votação direta para um mandato de quatro anos. De acordo com Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, esses órgãos têm competência para realizar encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais ou responsável; orientação, apoio e acompanhamento temporários dos atendidos; matrícula e frequência obrigatória em unidades de ensino; inclusão em serviços e programas oficiais; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; entre outros. Qualquer cidadão pode acionar o conselho

tutelar e fazer uma denúncia anônima e os conselheiros têm autonomia para requisitar serviços de qualquer área do poder público, em especial de educação, saúde, assistência social e jurídica.

Em Belo Horizonte, porém, conselheiros tutelares afirmam que não têm conseguido realizar o trabalho como deveriam. “Você chega nos conselhos e vê nitidamente a falta de estrutura, mobiliário velho, problemas estruturais nas edificações. Nós passamos por muitos anos de esquecimento, [com o poder público] só colocando tarefa nos conselhos e nos conselheiros, que inclusive já têm suas atribuições muito bem determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Então essas tarefas que tentam nos impor, sem a estrutura, vão causando um adoecimento, desgaste, estresse” diz um conselheiro que reitera que desde sua criação, em 1993, os conselhos tutelares em Belo Horizonte não se modificaram e, portanto, necessitam de atualizações e melhorias.

Inicialmente chamada de “CPI dos Conselheiros Tutelares”, a comissão mudou de nome para que não houvesse confusão quanto ao objeto da investigação: a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e o Conselho Municipal de Assistência Social. Após três meses de sua criação e cinco encontros realizados, a CPI foi encerrada. Em seu relatório final, recomendou-se a criação de uma Comissão Especial de Estudos para dar continuidade aos trabalhos e alcançar os objetivos de melhorar os processos de escolha dos conselheiros tutelares e a estrutura das unidades. Essa recomendação foi motivada pela anulação da eleição para conselheiros tutelares em BH, também realizada em 2023, desconsiderada após denúncias de uma série de supostas irregularidades e reclamações sobre o processo de votação. “A melhor sugestão



diante de grandes e novos acontecimentos foi criarmos essa comissão e trazer melhorias para os nossos conselheiros e conselhos, e também ajudarmos na assistência social”, pontuou Loíde Gonçalves (MDB), presidente da CPI, que definiu o resultado como uma “construção madura da comissão”.

CONTINUIDADE DOS TRABALHOS E PROPOSTA DE MELHORA DOS CONSELHOS

Com pesquisas mais aprofundadas sobre a situação dos conselhos tutelares, a Comissão Especial de Estudos realizou 11 visitas técnicas, além de duas audiências públicas e 12 pedidos de informação à Prefeitura. Uma das questões mais críticas verificadas foi o número insuficiente de conselhos tutelares no município. De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deve haver um conselho tutelar a cada 100 mil habitantes.

Com uma população de 2,316 milhões (2022), Belo Horizonte deveria ter ao menos 23 conselhos. Porém, a realidade atual é de nove unidades e um plantão de

conselheiros, ou seja, menos da metade do recomendado. Esse é um dos cenários que o PL 978/2024, criado pela própria comissão, almeja modificar. O PL propõe ampliar o número de conselhos em mais 13 unidades e aumentar o salário dos conselheiros de R\$4.433 para R\$10.590 por mês, além de outras adequações referentes a material de trabalho e infraestrutura.

ÔNIBUS GRATUITO E URNAS ELETRÔNICAS NAS ELEIÇÕES DE CONSELHEIROS

Motivada pela discussão em torno dos conselhos tutelares, em 7 de março de 2023 foi publicada a Emenda à Lei Orgânica 42/2024, que determina a gratuidade do transporte coletivo em dia de eleição de conselheiros tutelares em BH. A proposta foi assinada por Bruno Pedralva (PT) e outros 16 vereadores, com o objetivo de facilitar o acesso aos eleitores. Outra mudança, dentro do mesmo contexto, veio da Lei 11.652/2024, que possibilita o auxílio da Justiça Eleitoral durante o pleito, por meio do fornecimento de urnas eletrônicas para as votações.

Emendas de execução obrigatória garantem recursos com destino certo

Além de assegurarem maior previsibilidade ao orçamento, emendas parlamentares impositivas diminuem possibilidade de “barganha” entre Executivo e Legislativo. População pode intervir na distribuição da verba

Alessandro Duarte

No dia 28 de setembro de 2024, um sábado de sol inclemente, belo-horizontinos ocuparam a recém-reinaugurada Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, na região central da capital mineira, para transformá-la na “Praia da Estação”. Centenas de moradores



FOTO: DIVULGAÇÃO



dos quatro cantos da cidade se dirigiram ao local para curtir o som de blocos carnavalescos enquanto se refrescavam na água que jorrava das fontes, vestindo biquínis, maiôs, shorts e sungas. Foi uma celebração. O espaço, localizado em frente ao prédio da antiga estação ferroviária, ocupado desde 2005 pelo Museu de Artes e Ofícios, estava fechado para reforma desde outubro do ano anterior. Foram trocados pisos, canaletas e grelhas danificadas, recuperados bancos e instalados delimitadores de tráfego, entre outras melhorias. As obras no cartão-postal custaram mais de R\$ 8 milhões e receberam verbas das chamadas emendas impositivas ao orçamento de Belo Horizonte, que têm sua destinação definida pelos vereadores da capital e cuja execução por parte do Executivo é obrigatória. Ao todo, mais de 80 praças da cidade foram objeto desse mecanismo nos orçamentos de 2023 e 2024, além de quase 30 parques. Também receberam recursos escolas, hospitais, atividades culturais, ONGs...

As emendas impositivas são uma inovação relativamente recente na capital mineira. Foram criadas com a Emenda à Lei Orgânica 34/2021, que garante a cada um dos 41 parlamentares destinar recursos a ações, serviços, obras ou projetos no município. Assim, não só o orçamento formulado passa a ter maior relação com aquele efetivamente executado como

é eliminado o critério político para execução das emendas, já que elas só podem deixar de ser executadas se houver “impedimentos de ordem técnica insuperáveis”. É uma forma ainda de limitar a possibilidade de o governo atender apenas à sua base de apoio ou usar as emendas individuais como moeda de troca, com o objetivo de formar uma coalizão de governo.

Para o orçamento de 2023 foram destinados R\$ 130 milhões – ou 0,90% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo – e para o de 2024, R\$ 170 milhões – ou 1% da RCL estimada, percentual que será mantido nos próximos anos. Ao orçamento de 2023 foram incorporadas 846 emendas impositivas; e 969 ao de 2024. Pela legislação, pelo menos 50% do total destinado pelas emendas impositivas deve ir, obrigatoriamente, para a área de saúde, seja para compra de insumos ou reforma de prédios, seja para complementar o orçamento de postos ou hospitais. Dez centros médicos receberam, juntos, mais de R\$ 49 milhões via emendas impositivas em 2024, o que corresponde a quase 30% do total de recursos destinados pelos parlamentares (veja quadro).

Com reforço de aproximadamente R\$ 7 milhões, o campeão foi o Hospital Evangélico



de Belo Horizonte, que destina 75% da sua capacidade de atendimento para o Sistema Único de Saúde (SUS) e realizou mais de 1,3 milhão de procedimentos em 2023. “Podemos dizer que esses recursos salvam vidas”, afirma Perseu Perruci, superintendente executivo da Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, entidade mantenedora do Hospital Evangélico. Segundo Perruci, como a tabela de pagamentos do SUS está muito defasada, as entradas ajudam a desafogar o caixa. “A maior parte do dinheiro é destinada à compra de materiais médicos para serem usados em cirurgias, mas também utilizamos esses recursos para adquirir medicamentos e produtos de higiene e limpeza, além de complementarmos a alimentação de pacientes”, diz ele.

Maior complexo de saúde de Minas Gerais e maior hospital do Brasil em número de internações, a Santa Casa BH recebeu pouco mais de R\$ 6 milhões, que foram usados tanto para o custeio operacional, ajudando a viabilizar consultas, internações e procedimentos, quanto para aquisição de equipamentos. “A importância desses recursos vai muito além da perspectiva financeira em si. Ela demonstra a valorização da temática da saúde, essencial e urgente, por parte dos nossos representantes municipais”, afirma o diretor de Educação

e Relações Institucionais do hospital, Carlos Renato de Melo Couto. Fundada em 1899, dois anos depois da inauguração da capital mineira, a Santa Casa atende, desde 2010, exclusivamente pacientes do SUS. Em 2023, foram realizadas 49.473 internações, 29.510 cirurgias e 2,7 milhões de exames.

Nem sempre são necessários milhões de reais para fazer diferença em ações importantes para a cidade. O Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), que abriga mais de 30 empresas e tem como sócios-fundadores a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o governo do Estado, a Prefeitura de BH, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG), recebeu cerca de R\$ 128 mil no orçamento de 2024. Empregou o dinheiro para desenvolver o Living Labs, um espaço formado por quatro contêineres sustentáveis com 21,5 m² de área livre cada um, usados para acolher novos interessados em participar do ambiente de pesquisa. Localizada no bairro Engenho Nogueira, dentro de uma área de preservação ambiental com 350 mil m², a sede do BH-TEC está com sua ocupação máxima. “Com esse projeto, criamos a possibilidade de atração de mais empresas, mais laboratórios, que podem servir como sala de aula também para a educação.

A destinação dos recursos mostra uma sensibilidade muito grande da Câmara com as áreas de inovação e tecnologia”, diz Marco Crocco, CEO do BH-TEC.

PARTICIPAÇÃO POPULAR GARANTIDA

A população também pode enviar sugestões de emendas ao orçamento. Tanto cidadãos quanto associações da sociedade civil podem apresentar propostas para serem discutidas e votadas pelos vereadores. Para isso, a cada seis meses, a Câmara disponibiliza em seu portal formulário eletrônico onde qualquer interessado pode registrar sua sugestão de como a Prefeitura deve gastar o dinheiro público. Para o orçamento de 2023, foram encaminhadas ao Legislativo 45 sugestões populares. Dessas, apenas uma foi sancionada, que destinava R\$ 500 mil para a criação do “Festival de Arte e Saúde Mental”. Já para o orçamento de 2024, o número de sugestões populares subiu para 70. Nesse ano, também foi sancionada uma emenda, que retirava R\$ 10 milhões do sistema de transporte coletivo e enviava para a “manutenção de unidades de atendimento à saúde relacionadas ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida”.

Para capacitar e incentivar a população a contribuir com o orçamento municipal, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio da Escola do Legislativo e da Diretoria do Processo Legislativo, promove o curso gratuito à distância Orçamento Público e Mecanismos de Participação. Além de dar um passo a passo de como participar, o conteúdo detalha a forma de acompanhar a tramitação dos projetos de natureza orçamentária e mostra as principais características da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e da Lei do Orçamento Anual (LOA).



CAMPEÕES DE RECEITA

Em 2024, vereadores destinaram mais de R\$ 49 milhões a dez hospitais via emendas impositivas, o que corresponde a quase 30% do total de recursos destinados pelos parlamentares.

Hospital Evangélico - R\$ 7.085.896

Santa Casa - R\$ 6.116.122

Complexo Hospitalar São Francisco - R\$ 5.011.923

Associação Mario Penna - R\$ 5.005.006

Hospital Risoleta Tolentino Neves - R\$ 4.991.951

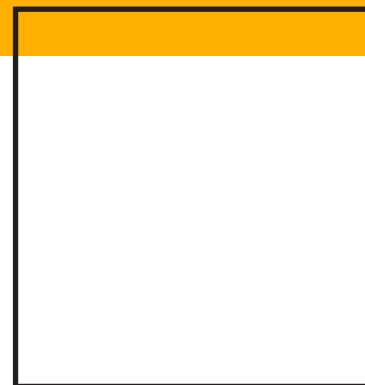
Hospital Sofia Feldman - R\$ 4.938.033

Hospital Metropolitano Odilon Behrens -
R\$ 4.773.239

Hospital da Baleia - R\$ 4.389.999

Hospital Paulo de Tarso - R\$ 3.869.951

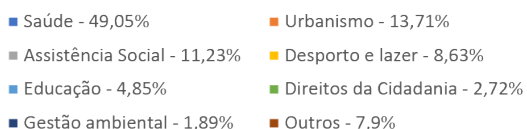
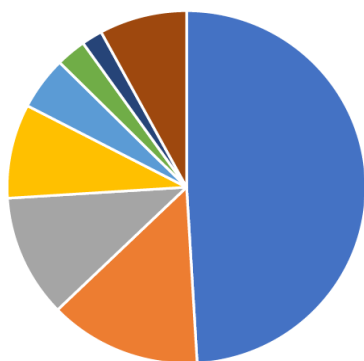
Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro -
R\$ 3.035.001



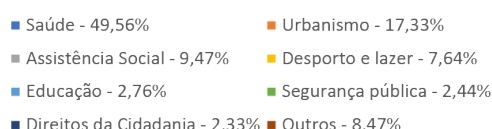
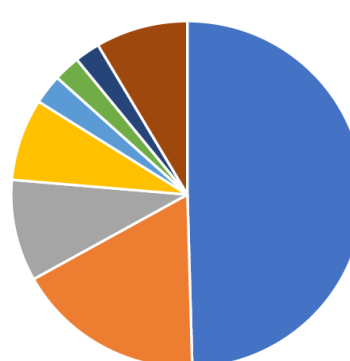
Como foi dividido o dinheiro

2023 - Total: R\$ 130 milhões destinados às emendas impositivas

Emendas por função

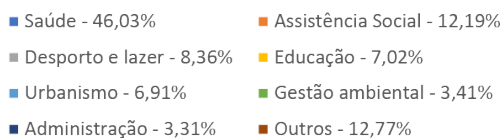
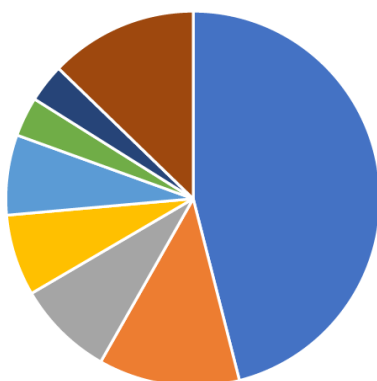


Recursos por função



2024 - Total: R\$ 170 milhões destinados às emendas impositivas

Emendas por função



Recursos por função

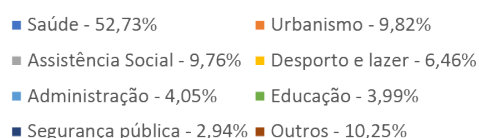
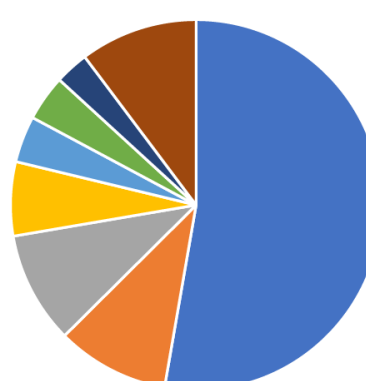




FOTO: ABRAÃO BRUCK

Poliana Miranda, deficiente auditiva desde que nasceu

LEIS IMPACTAM A VIDA NA CIDADE

Acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência

Mais de 15 leis publicadas no biênio asseguram direitos de PCDs. Intérpretes de Libras em hospitais, bancos e aeroportos e substituição de sirenes escolares por músicas são destaques

Luiza Rocha

Imagine levar seu filho a um hospital e precisar voltar minutos depois por causa de uma reação alérgica aguda provocada pelo remédio receitado ao bebê? E isso em razão de um problema de comunicação com o médico de plantão? Foi o que viveu Poliana Miranda, que nasceu surda e conhece bem a falta de acessibilidade comunicacional na área de saúde. “Imagina se a glote fecha? Meu filho poderia ter morrido! Eu fiquei transtornada e traumatizada com aquilo”, diz Poliana. Ela conta que na consulta anterior tentou explicar ao médico por meio de bilhetes que o filho não poderia ingerir determinada substância, mas não foi compreendida. Felizmente, o menino se recuperou e hoje é um adolescente.

Experiências como essa não são coisa do passado na vida de Poliana e de 10 milhões de brasileiros que têm algum problema relacionado à surdez, segundo dados do IBGE. Pesquisa realizada em 2019 por Alane Santana Santos e Arlindo José Freire Portes na Atenção Básica do Estado do Rio de Janeiro aponta que 78% dos surdos entrevistados relataram ter dificuldade na comunicação com os profissionais de saúde, levando à descontinuidade dos atendimentos. A falta de intérprete e a não utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pelos profissionais foram percebidas como principais barreiras.

Diante dessa realidade é que a Câmara de BH aprovou em 2023 a Lei 11.446, que obriga maternidade, casa de parto e estabelecimento hospitalar das redes pública e privada a permitir a presença de tradutor e intérprete de Libras. Assinada pela ex-vereadora Duda Salabert e Irlan Melo (Republicanos), a norma foi proposta a partir de uma audiência pública em que Rosely Lucas de Oliveira, mulher surda, relatou que se sentiu violentada linguisticamente durante um procedimento médico, quando seu corpo foi tocado sem que

ela soubesse o que estava acontecendo por não ter acesso a informações em sua língua.

Atualmente, Poliana Miranda utiliza os serviços oferecidos pela Associação de Surdos de Contagem, que também atende Belo Horizonte, e fornece um intérprete de Libras para acompanhar pessoas surdas em diversos lugares, inclusive hospitais. Ela avalia que o intérprete é essencial para dar mais segurança a pessoas com deficiência auditiva no momento das consultas.

INTÉRPRETES TAMBÉM EM BANCOS E AEROPORTOS

Outra iniciativa que amplia ainda mais o direito de pessoas surdas e objetiva trazer mais acessibilidade no cotidiano dessa comunidade é a Lei 11.752, de setembro de 2024, de autoria de Professora Marli (PP). A norma prevê a presença de intérpretes de Libras em aeroportos, rodoviárias, bancos, supermercados, shoppings e empresas que prestam serviços públicos. Tarefas que deveriam ser simples, como ir ao banco solicitar a troca de um cartão, apresentam obstáculos para pessoas com deficiência auditiva. Foi o que aconteceu com Sheila de Souza Xavier. “O rapaz me disse que não entendia o que eu estava falando, escrevi, mas não adiantou. Voltei para casa sem atendimento. Precisei pagar uma intérprete para me acompanhar e resolver a situação”, explica.

Ela também pontua que quando não tem outra pessoa que compreenda Libras ao ser atendida em algum estabelecimento, como um hospital, por exemplo, se sente em “um mundo diferente e isolado” e o atendimento fica muito comprometido. Com a disponibilização de intérpretes de Libras em locais que oferecem serviços básicos ao cidadão, pessoas surdas não precisarão pagar



Melissa Mikayla, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

por esse auxílio e, o mais importante, terão a garantia de que serão compreendidas e que a simples troca de informações não será mais um entrave.

SIRENES E ALARMES DÃO LUGAR A MÚSICAS

Os sons de sinais escolares normalmente não são muito agradáveis. O mais comum é que sejam bem altos e estridentes e, se isso em si já é incômodo para qualquer um, para pessoas com hipersensibilidade sonora, como acontece em alguns casos de quem tem Transtorno do Espectro Autista (TEA), o sentimento pode ir além de um desconforto. Segundo Ana Amélia Cardoso, terapeuta ocupacional, professora da UFMG e coordenadora do Praia - Programa de Atenção Interdisciplinar ao Autismo, “não é uma sensação só de incômodo. O barulho, seja o excessivo, o intenso ou o repentino, para as pessoas autistas, pode ser percebido realmente como dor, porque o cérebro dessas pessoas processa as informações sensoriais de uma maneira diferente. Então, muitas sensações que são agradáveis para os neurotípicos ou que são irrelevantes, para o cérebro do autista podem ser entendidas

como muito aversivas ou dolorosas”. A professora ainda complementa dizendo que a reação de pessoas com TEA, quando expostas a sons que para elas são desagradáveis, pode variar desde tapar os ouvidos a problemas de comportamento e crises.

Em busca de amenizar essa situação nas escolas de Belo Horizonte, a Lei 11.709/2024, proposta por Bruno Miranda (PDT), determina a substituição do sinal sonoro por sinal musical que não gere incômodo sensorial ou risco de pânico na pessoa com TEA. A escolha da música deve ser feita com cuidado, já que não é todo tipo de canção que se encaixa nos critérios estabelecidos. Segundo a norma, a troca do equipamento será realizada de acordo com a necessidade de reposição. Estabelecimentos de ensino criados após a data em que a lei entrou em vigor já deverão atender às regras desde o início.

Tamiris Gouveia é mãe de Melissa Mikayla, de oito anos, diagnosticada com TEA nível 1 de suporte. Ela afirma que a menina, ao ser exposta a sons muito altos ou repentinos, “chora, grita, tapa o ouvido, se desregula... dependendo do lugar, ela corre”. Na escola

de Melissa o sinal escolar mais clássico já não é utilizado, mas a mãe relata que um dia, passando por um colégio da mesma região no momento em que a sirene soou, a menina se assustou com o barulho e disse que não iria querer estudar lá por causa do ruído. Tamírís também acha que a troca pode ser positiva, mas pondera que a escolha do novo sinal deve ser feita com cuidado, “porque alguns tipos de música podem trazer desconforto da mesma forma”.

Na Escola Municipal Mestre Ataíde, a música já é utilizada no lugar do sinal desde março deste ano. Segundo Fernanda Grey, coordenadora pedagógica geral da instituição, já existia uma observação em relação ao comportamento dos alunos com TEA quando o sinal tocava: eles tapavam os ouvidos e demonstravam descontentamento, situação que também era apontada pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que possui um polo na escola. Diante disso, toda a equipe, incluindo professores de música que atuam no estabelecimento, se reuniu para organizar essa troca do sinal. No início, foram usadas músicas de bandas mineiras conhecidas, como Skank e Jota Quest, mas depois a escola passou a tocar versões instrumentais de músicas de MPB. Quanto a resultados após a mudança, Fernanda diz que os alunos que se incomodavam cobrem menos os ouvidos. “A volta do recreio é mais tranquila, a entrada na sala é mais tranquila. Isso eu acho que contribuiu com o clima escolar, com a harmonia das coisas. Eu acredito que foi uma melhora para todo mundo”, afirma. A coordenadora conta que, depois de um período de adaptação, os alunos entenderam a proposta e a ideia é incluí-los no processo da escolha das canções a serem reproduzidas e, no futuro, criar um coral da escola.

REGIME ESPECIAL DE TRABALHO PARA PCD

Desde o início de 2023, servidores da CMBH com deficiência ou que tenham filho, curatelado, tutelado, cônjuge ou companheiro com deficiência podem solicitar regime de jornada especial, com redução do trabalho a até 20h semanais. A medida foi formalizada em uma deliberação, com base em princípios como isonomia e dignidade da pessoa humana, e busca atender demandas de pessoas com deficiência e também daquelas que se dedicam a cuidar de PCDs e têm uma rotina de atividades voltadas à saúde desses indivíduos. Quem se enquadrar nos critérios pode ter reduzida a carga horária de trabalho sem prejuízos no vencimento ou necessidade de compensação.

**OUÇA NOSSO PODCAST
SOBRE O TEMA
ACESSANDO O
QR CODE ABAIXO**





OUTRAS LEIS MUNICIPAIS SOBRE DIREITOS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PCDS

- 11.453/2023** - Inclui categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de rua
- 11.463/2023** - Reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Município
- 11.466/2023** - Institui os Índices Municipais de Educação Inclusiva (Imeis) para qualificar a adaptação e o atendimento de cada unidade escolar
- 11.488/2023** - Permite a utilização de mobiliário adequado por ambulantes com deficiência
- 11.497/2023** - Adéqua vasos sanitários dos banheiros acessíveis às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
- 11.504/2023** - Assegura acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de violência doméstica e familiar
- 11.510/2023** - Prioriza jovens com deficiência no Programa de Oportunidade e Inclusão para Jovem Aprendiz
- 11.519/2023** - Determina o uso do termo 'pessoa com deficiência' em toda a legislação municipal em detrimento de outras nomenclaturas
- 11.584/2023** - Garante sanitários acessíveis
- 11.614/2023** - Reconhece a validade indeterminada do laudo médico que atesta deficiência permanente possui para fins de obtenção dos benefícios
- 11.744/2024** - Inclui a deficiência auditiva (além da visual) e especifica os recursos aos quais têm direito durante a realização de prova de concurso público
- 11.746/2024** - Institui o Selo Autista a Bordo para automóveis que transportam pessoas com TEA
- 11.747/2024** - Institui o Selo Quebra-Cabeça para identificar sociedades empresárias que adotam medidas de inclusão profissional de pessoa com autismo ou de seus pais, cônjuge ou responsável legal
- 11.753/2024** - Assegura a acessibilidade da pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público

Ações afirmativas ampliam oportunidades e ajudam a reduzir discriminação racial

Concurso da CMBH teve reserva de 20% das vagas para candidatos negros. Casa criou o Comitê de Igualdade Racial e conquistou o selo “BH Sem Racismo”

Andrea Avelar

O carioca Bruno Chaves mudou-se sozinho recentemente para a capital mineira. Com 27 anos, ele sempre morou com a família na cidade do Rio de Janeiro. Mas a adaptação em Belo Horizonte está sendo tranquila. “Dei sorte de conseguir arrumar um local bom para morar e próximo ao trabalho. Como já conhecia a cidade, foi mais fácil”, diz. O motivo da vinda para BH foi



FOTO: ABRAÃO BRUCK

Bruno Chaves, aprovado no concurso CMBH

a aprovação no concurso da Câmara Municipal, em 2024. Entre a prova, realizada em 28 de abril, e a nomeação, publicada em 2 de julho, foram menos de três meses. Um período curto, considerando-se a complexidade de uma disputa que envolveu quase 60 mil pessoas. “A rapidez da nomeação realmente foi uma grande surpresa. Fiquei admirado com a eficiência dos servidores envolvidos. Foi maravilhoso realizar esse sonho”, afirma.

Bruno concorreu ao cargo com maior número de inscritos do concurso, o de Técnico Legislativo II, com 40.318 inscrições para 59 vagas – uma relação de 683,3 candidatos por vaga. “Foi uma sensação de alegria e alívio muito grande ver meu nome entre os aprovados e, além disso, dentro das vagas imediatas. Os concursos hoje estão muito disputados, o que tem tornado as notas de corte cada vez mais altas. Assim, passar dentro das vagas superou minhas expectativas”, avalia.

O concurso foi o primeiro da CMBH a ter reserva de 20% das vagas para candidatos negros e Bruno foi um dos convocados dentro da cota. “Entendo que a política traz benefícios que vão muito além da transformação pessoal na vida de cada beneficiário. A Lei de Cotas tem um impacto muito mais social do que individual, visto que a garantia da entrada de mais profissionais negros na administração pública e em cargos de poder é essencial para a redução da discriminação racial, pois combate os estereótipos de que a população negra ocupa empregos menos valorizados e de menor relevância social”, destaca Bruno.

A regra que estabeleceu a cota para o concurso da CMBH foi instituída por meio da Resolução 2.115, que favorece a inclusão e estimula a inserção de pretos e pardos no mercado de trabalho, conforme a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial. O projeto foi

assinado pela Mesa Diretora e promulgado em 2023. “É uma medida essencial para ampliar o acesso da população negra ao mercado de trabalho e uma forma de trazer maior pluralidade de visões de mundo para dentro da administração pública”, afirma o presidente da Câmara, Gabriel Sousa Marques de Azevedo (MDB).

Além da resolução, voltada para o Legislativo, os vereadores aprovaram projeto que resultou na Lei 11.485, em vigor desde abril de 2023. Ela amplia de 10 para 20 anos o prazo de vigência da reserva de vagas para negros nos concursos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo em BH.

LONGE DO IDEAL

A baixa representatividade da população negra em posições de prestígio no mundo do trabalho, inclusive no setor público, há muito vem sendo denunciada por movimentos negros, especialistas, além de ser constatada por meio de pesquisas. Um estudo divulgado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que a Lei de Cotas intensificou a tendência à maior inclusão racial. Entretanto, a realidade está longe de ser a ideal. Segundo o relatório, são negros 35,1% dos servidores públicos civis no Executivo federal, percentual bem abaixo da participação majoritária de pretos e pardos na força de trabalho nacional (55,4%). Quando se avalia apenas servidores em cargos cuja escolaridade exigida é o nível superior, a participação de negros cai para 27,3%.

De acordo com a autora do estudo, Tatiana Dias Silva, a desigualdade racial também é constatada no acesso a posições de diferentes níveis federativos. Ainda que mulheres e

negros sejam maioria no serviço público, sua presença é majoritária no nível municipal, enquanto são menos presentes no nível federal, que conta com remunerações médias mais elevadas.

Outra pesquisa – *Onde estão os negros no serviço público?* – do Instituto República.org mostra que a desigualdade racial no serviço público brasileiro é enorme e que há uma disparidade substancial na representação de pessoas negras, principalmente em cargos de tomada de decisão (menos de 15% de negros estão em cargos de tomada de decisão). Outro fato que merece destaque é o abismo salarial entre homens brancos e mulheres negras em cargos de gestão no serviço público. Uma mulher negra ganha um salário 33% menor que um homem branco, ocupando a mesma função.

CONSCIÊNCIA NEGRA

Além das cotas raciais, está em vigor desde abril de 2024 a Lei 11.680, que institui o Dia da Consciência Negra - feriado municipal comemorado em 20 de novembro. A data marca a morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, no século XVII. É também um dia para ampliar a consciência sobre a cultura negra e a luta por igualdade. A data já era reconhecida como feriado em seis estados e em aproximadamente 1,2 mil cidades. Na capital mineira, virou feriado municipal a partir de projeto assinado por Iza Lourença (Psol) e Wagner Ferreira (PV).

Para Glaucia Cristine, liderança do Quilombo Família Souza, a inclusão da data como feriado é resultado de anos de lutas e reivindicações dos movimentos negros, representando o reconhecimento da importância histórica e cultural da população afro-brasileira. “No Família Souza, essa data sempre é marcada

por ações de combate ao racismo. Recebemos escolas, promovemos palestras e realizamos atividades educativas, fortalecendo a conscientização e o respeito às nossas tradições e à história do povo negro”, explica.

O Quilombo Família Souza está localizado no bairro Santa Tereza, região Leste de Belo Horizonte. Seu território foi adquirido em 1910 por Petronillo de Souza e Elisa da Conceição, após o casal se estabelecer na cidade, vindo das fazendas em que foram escravizados em Além Paraíba (MG). Em 2019, o território quilombola foi oficialmente reconhecido pela Fundação Cultural Palmares.

Atualmente, o quilombo abriga 16 famílias, somando 34 moradores, todos descendentes de Maria de Souza, filha de Elisa da Conceição. “Os quilombos carregam a força e as tradições de seus ancestrais. Somos porque eles foram antes de nós. Hoje lutamos para manter vivas nossas tradições, nossos festejos e nosso modo de viver em comunidade. Nossa luta também é pela preservação do território, que para nós é espaço sagrado. Queremos não apenas resistir, mas existir, honrando aqueles que vieram antes”, afirma Glaucia.

BH SEM RACISMO

A luta pela igualdade racial teve outras conquistas expressivas com ações afirmativas no último biênio na CMBH. Está em vigor desde junho de 2024 a Lei 11.701, que veda a nomeação de pessoa condenada por crime de racismo e injúria racial para cargos públicos municipais. A proibição só é válida depois que a pessoa for condenada, ou seja, após o trânsito em julgado da ação condenatória, quando não há mais possibilidade de recurso. E a vedação vale apenas enquanto durarem os efeitos da condenação criminal do indivíduo. Esta lei teve

origem em projeto de iniciativa de Wagner Ferreira.

Além de criar e aprovar leis que estimulam a inclusão racial, a CMBH movimentou-se no sentido de reduzir a discriminação dentro da própria Casa legislativa, o que levou à conquista do selo BH Sem Racismo em junho de 2024. O reconhecimento é concedido pela Prefeitura de Belo Horizonte a instituições públicas e privadas que promovem o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial.

O primeiro passo para essa conquista foi a participação no Programa de Certificação em Promoção da Igualdade Racial da PBH. Para isso, a CMBH criou, em 2023, um Comitê de Igualdade Racial. Presidido pela vereadora Iza Lourença, o comitê trabalhou em uma série de medidas e ações para coibir o racismo e estimular a igualdade racial dentro da instituição. “Nós não temos conhecimento de nenhuma outra câmara municipal que tenha recebido um selo de reconhecimento por suas políticas de igualdade racial. Esse selo é muito importante para que tenhamos uma câmara com a cara do povo brasileiro”, destaca Iza.



FOTO: CLÁUDIO RABELO

Gláucia Cristine, liderança do Quilombo Família Souza

LEIS IMPACTAM A VIDA NA CIDADE

Cuidado mútuo: a conexão entre humanos e animais na nova legislação

Normas municipais reconhecem nova posição que os bichos ocupam na sociedade e nas famílias

Patrícia Brandão

Psicólogo da equipe de Cuidados Paliativos do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, Nilson Prado recebeu de uma paciente um pedido: queria receber a visita de um familiar. O encontro deveria ser com Joaquim, seu cachorro há cerca de 12 anos. Sendo uma mulher em situação de rua, o animal era tudo o que ela tinha. Para tentar encontrá-lo pelas ruas da cidade, os esforços de busca envolveram a ajuda de uma unidade do Centro de Referência da População de Rua. Não foi



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Nilson Prado, psicólogo do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro

necessário ir muito longe: o cão foi encontrado morando ainda na barraca improvisada que pertencia à paciente, na Pedreira Prado Lopes. Depois que Joaquim foi acolhido, alimentado e cuidado, o reencontro pôde acontecer. “O cachorro chegou, foi correndo, pulou no colo dela, lambeu seu rosto. Quarenta e oito horas depois, ela faleceu”, relata o psicólogo.

Visitas de pets em hospitais foram autorizadas pela Lei 11.694/2024, originada a partir de um projeto assinado por Wanderley Porto (PRD). Essas visitas não são incomuns na instituição em que Nilson trabalha, fazendo parte de uma série de estratégias de cuidados em internações prolongadas. “O hospital é um outro mundo. Quando trazemos um animal da casa do paciente, algo vem com ele. Pessoas que não estavam se alimentando começam a alimentar. Ficam com mais desejo de fazer o tratamento para sair dali e voltar para casa. Passam a se conectar mais com a equipe. A gente consegue uma internação com menos sofrimento, menos danos emocionais, cognitivos e motores”, defende Nilson.

De acordo com a lei, cada hospital deve criar seu próprio protocolo para as visitas de pets. No caso do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, é necessário que o animal esteja com a carteira de vacinação em dia, apresentar laudo veterinário emitido no máximo 48 horas antes da visita, que o bicho tenha recebido um banho em pet shop naquele mesmo dia e que seja transportado em uma caixa própria para isso.

COTERAPEUTAS

Para quem não possui um animal de estimação, os bichos também podem trazer conforto no ambiente hospitalar. O projeto Aumor de Cão, do Centro Universitário UNA, leva animais a hospitais, consultórios odontológicos e

instituições de longa permanência. Chamados de coterapeutas, um golden retriever, um yorkshire e um spitz alemão são usados para auxiliar sessões de fisioterapia, reduzir o medo dos pacientes em procedimentos médicos e humanizar o contexto da internação.

“O contato com cães libera ocitocina, que é o hormônio que traz prazer e diminui a ansiedade. Já temos dados científicos que mostram essa melhora”, explica Ana Cristina Rostt, coordenadora dos cursos da área de saúde da UNA. “A gente vê pacientes apáticos, que não interagem mais com a equipe médica, que vêm pedindo para entrar em contato com o cão, acariciar. O hospital se transforma em um ambiente muito mais amoroso e acolhedor”, descreve a coordenadora.

PROTEÇÃO ANIMAL

Se as leis reconhecem o papel que os animais ocupam no bem-estar da população, também enfatizam a necessidade de proteção e cuidado com eles. Outras 19 proposições relacionadas aos animais foram sancionadas em 2023 e 2024 na Câmara de BH, a maioria em busca de inibir maus-tratos e melhorar a qualidade de vida dos bichos. É o caso da Lei 11.611/2024, que reduziu em cinco anos o prazo para a extinção de veículos de tração animal na cidade. Carroças puxadas por cavalos estão proibidas a partir de 22 janeiro de 2026, e não mais em 2031, como previa a lei anterior que definiu o fim da prática. A mudança veio de um projeto de autoria de Wanderley Porto e Janaina Cardoso (União Brasil).

Para a promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula, que lidera a Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais do Ministério Público de Minas Gerais (Ceda), a proibição das carroças é uma forma de respeitar a natureza própria dos animais. “Nosso posicionamento baseado

na literatura é de que o ambiente urbano não favorece o uso de animais para tracionar veículos sob nenhuma condição, tanto pela geografia mais acidentada da capital mineira, como pelo movimento da cidade. Constitui uma situação inerente de maus-tratos”, afirma. Caio Barros, idealizador do movimento BH Sem Tração Animal, concorda que o asfalto não é o habitat correto para esses animais, e levanta também a preocupação com a segurança no trânsito. “Lugar de cavalo não é na cidade, disputando espaço com carros, colocando em risco a vida do cavalo, do carroceiro e da população em geral”, acrescenta.

MAUS-TRATOS

Cavalos, burros, pôneis e outros equídeos ainda foram tema da Lei 11.774/2024, escrita por Miltinho CGE (PDT). A norma definiu práticas de maus-tratos e fixou multa de R\$ 400 para quem praticar atitudes como usar esporas e chicotes para corrigir o comportamento do animal, colocar mais de uma pessoa sobre ele e circular por vias de trânsito rápido em montaria. Somente no ano de 2023, a Guarda Municipal recolheu 69 cavalos e outros equídeos vítimas de maus-tratos, abandono ou que foram encontrados mortos. Denúncias também chegam com frequência ao movimento BH Sem Tração Animal. “São de diversos tipos. Cavalos presos em lotes particulares expostos ao sol e à chuva, comendo lixo da rua, abandonados”, relata Caio.

Em estudo realizado em 2019 pela Ceda, em que 400 equídeos de Belo Horizonte e região metropolitana foram estudados, apenas um entre todos os animais obteve pontuação aceitável relativa à qualidade de sua alimentação e ingestão de água - o chamado escore corporal. “É o manejo inadequado do animal em seu nível mais básico”, analisa

a promotora. O estudo também identificou que os cavalos viviam solitários, de maneira contrária à sua natureza social, e muitas vezes eram soltos na parte da noite para conseguir seu próprio alimento em restos de sacolão. “Existe essa tendência, baseada no reconhecimento da dignidade animal e da **senciência** deles, de que os interesses dos animais precisam ser atendidos. E, nesse caso, é um interesse muito legítimo, de não ser maltratado”, defende Luciana.

PRÁTICAS APERFEIÇOADAS

Ainda visando o bem-estar dos animais, o uso de abraçadeiras de nylon em cirurgias veterinárias foi barrado pela Lei 11.748/2024, proposta por Janaina Cardoso. O material, semelhante a um lacre e conhecido popularmente como “enforca gato”, era utilizado para fazer ligaduras em procedimentos de castração.

De acordo com Aracelle Fagundes, diretora-tesoureira do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, o instrumento tem potencial de causar complicações graves, sendo desaconselhado pela entidade. As abraçadeiras podem não conseguir fechar completamente os vasos sanguíneos, causando hemorragias, e ainda originar granulomas e aderências, que podem comprometer o funcionamento dos órgãos. Agora, todos os hospitais veterinários que ainda usam as abraçadeiras devem regularizar suas práticas. “O mais seguro e recomendado para procedimentos de castração é o uso de fios de sutura adequados na realização das ligaduras”, esclarece.

As leis de proteção animal se baseiam no fato de que os animais são seres sencientes - ou seja, capazes de sentir dor, desconforto, frio e outras sensações, boas ou ruins, que nós humanos também sentimos.



Cão da raça Golden Retriever, participante do projeto Aumor de Cão

AMIZADE FORTALECIDA

FICOU PROIBIDO:

Usar “enforca-gato”
em cirurgia veterinária
(Lei 11.748/2024)

Causar sofrimento em cão
de guarda para
deixá-lo mais agressivo
(Lei 11.726/2024)

FOI PERMITIDO:

Transportar um animal
de até 12 kg em ônibus
municipal, dentro de caixa
adequada para isso. E ele
também paga a passagem
(Lei 11.734/2024)

Que o poder público
construa espaços de lazer
para animais domésticos
em parques e praças (Lei
11.514/2023)

Receber visitas de pets em
hospitais da cidade
(Lei 11.694/2024)



FOTO: CLÁUDIO RABELO



NÃO PODE:

Usar veículos de tração animal a partir de 22 de janeiro de 2026 (Lei 11.611/2024)

Usar esporas e chicotes (Lei 11.774/2024)

Manter equídeos na rua (Lei 11.774/2024)

Abandonar o animal em qualquer circunstância (Lei 11.774/2024)

VIROU OBRIGATÓRIO:

Fornecer água limpa e fresca a todo momento (Lei 11.774/2024)

Abrigar os animais em local protegido do sol, da chuva e do calor extremo (Lei 11.774/2024)

Dar espaço suficiente para que ele possa exercer seus comportamentos naturais (Lei 11.774/2024)

LEIS IMPACTAM A VIDA NA CIDADE

Aproveitamento de prédios antigos pode dar cara nova ao Centro de BH

Chamada de retrofit, readequação de construções já existentes, esvaziadas ou abandonadas, permite transformar edifícios comerciais em residenciais. Prática já comum em São Paulo e no Rio de Janeiro será realidade em BH graças a leis aprovadas pelos vereadores. Possibilidade desperta empreendedores pois representa economia durante a obra, além de viabilizar tecnologias que não existiam na época da construção original

Alessandro Duarte

A videomaker Carolina de Moraes voltava a pé da terapia, no bairro Floresta, quando viu um rapaz caminhando sobre os arcos do Viaduto Santa Tereza, cartão-postal da capital mineira construído no final da década de 1929. Ela parou, admirou a cena por alguns instantes, sacou o celular e clique. “Fiz uma foto belíssima”, conta. Andar pelas ruas e se deparar com cenas às



FOTO: ABRAÃO BRUCK

vezes cotidianas, às vezes inusitadas, é um dos privilégios de quem vive na região central de Belo Horizonte. Moradora do Edifício JK, ao lado da Praça Raul Soares, Carolina confessa ter sido fisgada não apenas pelo que vê, mas também pelo que pode fazer na vizinhança do complexo projetado por Oscar Niemeyer. “Tenho tudo a poucos passos de casa: bons restaurantes, bares, botecos, parque, mercados... Até minha academia e o local onde faço sobancelha há quase duas décadas ficam por aqui. Amo essa vida do Centro”, diz ela, que já morou na Rua dos Carijós e na Avenida Afonso Pena.

Um empecilho para quem quer ter a mesma facilidade é encontrar um bom apartamento, seja para comprar, seja para alugar. Belo-horizontinos interessados em desfrutar das vantagens de morar na região central – que além de todos os benefícios citados por

Carolina é uma das áreas mais bem servidas de equipamentos públicos da capital mineira – enfrentam dificuldades tanto para encontrar imóveis em condições de habitação quanto para reformá-los. Essa situação pode começar a mudar com a aprovação do Projeto de Lei 551/2023, que trata da revitalização e adaptação para novos usos de edificações do Hipercentro e adjacências. Apelidado de Lei do Retrofit, o PL, que até final de novembro aguardava sanção do prefeito, tem como objetivos fomentar a moradia na região, modernizar o parque imobiliário, promover a utilização intensiva dos terrenos, aumentar a densidade populacional e adequar as edificações existentes aos padrões de segurança e acessibilidade atuais, entre outros.

Enviado pelo Executivo, recebeu nove emendas. Dentre as mudanças aprovadas estão as que facilitam a aprovação de projetos e que isentam por três anos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis aprovados no retrofit. No dia da votação em 2º turno, no mês de setembro, o presidente da Câmara, Gabriel Sousa Marques de Azevedo (MDB), que nasceu e mora no Centro de BH, defendeu as modificações. “É inaceitável vermos edifícios de arquitetura eclética, de estilo art déco, vazios. A prefeitura trouxe para esta Câmara Municipal um projeto chocho, que não iria mudar a realidade. Está ideal? Não. Mas é um avanço com as emendas que eu fiz”, disse. A aprovação foi por 40 votos a zero. Para se adequarem às normas de retrofit descritas no PL 551/2023, os edifícios precisam adotar ao menos uma das seguintes soluções de “gentileza urbana” previstas no Plano Diretor: fachada ativa, com espaços comerciais que permitam o acesso ao público; área de fruição pública, destinada à ampliação de espaços verdes e à formação



Carolina de Moraes, moradora do Edifício JK



FOTO: ABRAÃO BRUCK

de faixas, largos e praças para convívio coletivo; e terraço aberto ao público destinado ao uso não residencial.

Aprovado em 2º turno em novembro, o PL 953/2024 dá mais uma força para quem quer ver o Centro de cara nova. Ele permite a adoção de dispositivos especiais para iluminação e ventilação artificiais em lavabos, banheiros e outros ambientes. Fruto dos debates realizados pela Comissão Especial de Estudos para Modernização do Código de Edificações, o projeto aumenta a viabilidade legal e econômica da requalificação e reocupação de prédios.

EXEMPLOS DE OUTRAS CAPITALIS

A aprovação de leis que estimulam o retrofit em edifícios antigos vem ajudando a trazer um fôlego novo a regiões centrais de cidades Brasil afora. O melhor exemplo é o projeto Reviver Centro, do Rio de Janeiro, cuja primeira fase teve início em 2022. A menina dos olhos da Cidade Maravilhosa é o Edifício Joseph Gire, torre de 22 andares em frente à Praça Mauá. O arranha-céu pioneiro da América Latina, construído em 1929, será transformado em residencial de alta renda. Já em São Paulo, o

Programa Requalifica Centro, de 2021, oferece incentivos fiscais para atrair investimentos à região. Está dando certo. Ao menos duas dezenas de projetos estão em análise pela prefeitura, sendo que a maior parte é destinada a uso residencial. “O retrofit veio para ficar e nós, aqui em Belo Horizonte, estamos chegando atrasados a uma solução que é tendência consagrada no mundo inteiro”, diz o arquiteto e urbanista Gustavo Penna, cujo escritório fica em um casarão com mais de 120 anos na esquina da Rua Espírito Santo com a Avenida Álvares Cabral.

Para Gustavo, a cidade pode e deve ser sempre repensada, reinterpretada, com novos usos e novos usuários. “O que não se pode é ter uma área como o Centro, que recebe um imenso investimento público, esvaziada”, acredita. Ele tem, inclusive, um projeto com potencial de estimular a visita ao Parque Municipal. O Varandão seria construído bem no meio da área verde inaugurada em 1897, pouco mais de dois meses antes da fundação da capital mineira. Com 3,2 mil m² de área, auditório, espaço administrativo e centro de memória, seria um lugar para shows de música, orquestras, educação ambiental... “É importante que as cidades sejam vividas, celebradas, por meio da

arte, do encontro e da troca de experiências. Uma cidade mais bela, amiga, harmônica e cordial aumenta a autoestima do cidadão”, afirma o arquiteto, autor do Quarteirão Xacriabá, no trecho fechado da Rua Rio de Janeiro entre a Rua dos Tamoios e a Praça Sete.

BOM PARA OS NEGÓCIOS

O equilíbrio entre os usos residencial e comercial faz com que a ocupação das ruas seja permanente. Se em determinada região há apenas escritórios, por exemplo, corre-se o risco de as ruas ficarem desertas fora do horário comercial. Sócio de três empreendimentos na região, o empresário Pedro Lobo depende do fluxo de pessoas para ver o espaço de eventos Complexo CentoeQuatro, o bar Montê e o restaurante Niê fervilhando. “O Centro ainda enfrenta muita resistência por parte da população, principalmente por carregar um estigma de que não é um lugar seguro. Quanto mais gente conseguirmos trazer para cá, quanto mais moradores ocuparem os prédios, essa sensação vai esvanecendo”, diz ele.

Inaugurado no final de agosto, o Niê fica no terraço de um prédio de 25 andares, na Rua Rio de Janeiro, em frente ao pirulito da Praça Sete. Outra obra de Oscar Niemeyer, que atualmente é a sede do hub de inovação P7 Criativo, o edifício tem uma vista panorâmica que abraça todo o Hipercentro. “Mais até do que a questão dos moradores, que são importantes, edifícios reformados podem receber turistas qualificados, com um nível cultural bacana, o que é essencial para quem vive de movimento como eu. Quando você visita uma cidade, em qualquer lugar do mundo, não quer ficar em um condomínio fechado. Quer ir para o centro, que precisa estar pronto para receber”, acredita Pedro. É essa vida que os projetos que estimulam o retrofit querem devolver à região mais pulsante de BH.

OBJETIVOS DOS “PLS DO RETROFIT” (551/2023 E 953/2024) PARA A REGIÃO CENTRAL

- Fomentar a moradia
- Modernizar o parque imobiliário
- Promover a utilização intensiva dos terrenos
- Propagar “gentilezas urbanas” previstas no Plano Diretor, como fachadas ativas e terraços abertos ao público
- Aumentar a densidade populacional
- Incentivar a mobilidade ativa e a maximização da utilização do transporte público
- Adequar as edificações existentes aos padrões de segurança e acessibilidade atuais
- Identificar imóveis não utilizados ou subutilizados para ampliar as oportunidades de moradia popular

Está mais fácil para o cidadão participar

Mudança no Regimento Interno e criação do Banco de Ideias simplificam regras para apresentação de sugestões de projetos de lei aos vereadores

Alessandro Duarte

Até meados de 2023, apresentar uma sugestão de projeto de lei na Câmara Municipal de Belo Horizonte era um desafio – grande o bastante para tornar quase inviável a participação popular dessa forma. As sugestões só poderiam ser propostas por entidade associativa legalmente constituída e deveriam ser formalmente apresentadas à Comissão Permanente de Participação Popular. Essa comissão era formada por um membro da Mesa Diretora e um membro indicado de

FOTO: KAROLINE BARRETO



Sugestão de projeto de lei enviada pelo SindREDE quer limitar número de alunos em sala de aula

cada uma das nove comissões temáticas permanentes da Casa, como Legislação e Justiça; Administração Pública; Orçamento e Finanças; e Mulheres. Com quórum elevado (de seis vereadores presentes).

Após mudança no Regimento Interno, publicada em 1º de junho do ano passado, qualquer cidadão pode enviar uma sugestão, bastando para isso reunir a assinatura de 300 eleitores. Associação civil, sindicato, órgão de classe ou partido político sem representação no Legislativo também podem apresentar propostas, mas sem precisar da coleta de assinaturas. Recebida pelo presidente da Câmara, a sugestão é encaminhada para a comissão permanente que tiver mais afinidade com o assunto, que se reúne semanalmente. Se o parecer favorável à sugestão for aprovado, a proposição dela decorrente tramitará como de autoria da comissão. O autor da proposta pode defendê-la nas comissões e no Plenário.

“Qualquer iniciativa que possibilite a um grupo de indivíduos fazer pressão sobre o Legislativo, é bem-vinda. Com menos burocracia, entidades que não se sentiam representadas podem ter essa experiência de se comunicar com os vereadores”, diz o cientista político Adriano Cerqueira, professor do curso de relações internacionais do Ibmec, que vê com bons olhos os projetos que estimulam a participação da população.

Há algumas regras para apresentar a sugestão de proposição. Ela deve ser escrita, descrever com clareza o problema que se pretende resolver e trazer uma proposta de solução. Caso a autoria seja de alguma entidade, deve vir acompanhada de documento que comprove sua existência. Caso seja de cidadão, seguida do abaixo-assinado com o nome e o título de eleitor de cada signatário.

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E PASSE-LIVRE

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (SindREDE-BH) cumpriu todas as exigências e encaminhou duas sugestões de proposições: a primeira, para criar um programa de atendimento especializado aos alunos com deficiência na rede pública municipal; e a segunda, para estabelecer melhorias como o número máximo de estudantes por classe, entre outras. Ambas foram encaminhadas à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, receberam parecer favorável da relatora, a vereadora Cida Falabella (Psol), e foram transformadas no Projeto de Lei 944/2024, já em 2º turno. “Um de nossos diretores nos alertou sobre a mudança no regimento e então vimos que essa era uma boa oportunidade de apresentarmos essas propostas de melhorias”, afirma Carolina Pasqualini, da diretoria colegiada do SindREDE. Segundo ela, a possibilidade de defender as ideias nas comissões, e mesmo no Plenário, é importante para que os vereadores entendam a construção dos projetos. “Apesar de a educação ser um tema sobre o qual muitos se atentam, eles não são especialistas e essa interlocução nos permite explicar como se deu a construção dos projetos”, diz.

O Instituto Nossa BH também enviou uma sugestão, para estabelecer tarifa zero no transporte público coletivo por ônibus em Belo Horizonte. A gratuidade a todos os passageiros seria financiada por recursos do Fundo Municipal de Melhoria da Qualidade e Subsídio ao Transporte Coletivo e seria instituída a Taxa do Transporte Público, cobrada de empresas com mais de 10 funcionários. “Fazemos parte de um movimento nacional que tem se debruçado sobre a crise no transporte público. Em cada cidade nos adaptamos às características de

seu legislativo. Aqui, abrimos um diálogo a partir da sociedade civil”, conta Letícia Birchal Domingues, integrante do movimento Tarifa Zero BH e da campanha Busão 0800. Como a proposta cria uma nova taxa, foi encaminhada para a Comissão de Orçamento e Finanças. “Queremos que Belo Horizonte seja a primeira capital brasileira com tarifa zero nos ônibus municipais”, defende.

FERRAMENTA DIGITAL ENCURTA CAMINHO

Outra medida importante para viabilizar e estimular a participação popular foi a criação do Banco de Ideias Legislativas. A ferramenta, que pode ser acessada na página principal do Portal CMBH, permite que qualquer cidadão registre e envie sua sugestão, que pode ser encampada por parlamentar ou grupo de parlamentares. É possível propor a criação, alteração ou revogação de normas municipais. Caso algum parlamentar ou comissão entenda que ela é viável, a ideia pode ser transformada em projeto, emenda ou indicação. O proponente deve indicar se aceita ou não que seu nome seja divulgado, caso a ideia seja adotada.

“O Banco de Ideias busca conhecer as demandas da população de Belo Horizonte e também sugestões de projetos de lei. Ou seja, é uma forma acessível de aproximar o cidadão da Câmara Municipal”, afirma o vereador Fernando Luiz (Republicanos), autor da proposição, aprovada por unanimidade em Plenário, que deu origem à ferramenta (Resolução 2.113/2023).

Entre as sugestões recebidas, há desde nomeação de ruas à criação de legislação que condicione a liberação de alvará para bares e restaurantes com música apenas após autorização por escrito dos vizinhos imediatos

até 50 metros de distância do estabelecimento. “Ao saber que suas sugestões serão avaliadas e que há a possibilidade de elas serem acolhidas, o cidadão se sente integrado ao dia a dia do Poder Legislativo”, diz o cientista político Adriano Cerqueira.

OUVIDORIA NA RUA

Criada em 2013, a Ouvidoria da Câmara Municipal é um canal aberto para o público externo manifestar suas sugestões, críticas, reclamações, denúncias, elogios ou pedidos de informação relacionados à atuação dos vereadores e aos serviços públicos prestados pelo Legislativo municipal. Em 2023, o alcance dessa interação entre a Câmara e os cidadãos foi ampliado. O programa Ouvidoria na Rua vem percorrendo bairros e comunidades da cidade para fortalecer o diálogo dos belo-horizontinos com seus representantes. A ação pode ser solicitada pela população. Em 2024, foram percorridos 54 bairros em todas as nove regionais de Belo Horizonte.

LINHA DO TEMPO

Fevereiro

Reabertura do Restaurante Popular

Reuniões de comissões e do Plenário passam a contar com tradução em Libras

Entrega das obras de adequação do Plenário Amintas de Barros às normas de acessibilidade universal

Abril

Junho

2023

Janeiro

Instituição do Comitê para criação e implementação do Plano de Compliance / Integridade (Portaria 20.596/2023): conjunto de regras para o cumprimento de padrões internacionais de combate à corrupção e de sistemas de gestão antissuborno

Março

Maio

Seminário sobre Compliance: parlamentares assinam compromisso com a ética e a transparência

Julho

Criação do Câmara Cultural (Deliberação 8/2023): programa voltado à difusão e promoção da cultura, da memória histórica e das artes locais

Setembro

Novembro

Estabelecimento de cotas raciais nos concursos da CMBH (Resolução 2.115/2023)

Lançamento do app “BH pra Você”, no aniversário de 126 anos da cidade. Desenvolvida em parceria com a Fundação Dom Cabral, ferramenta digital transforma orçamento municipal em experiência fácil de entender

Agosto

Outubro

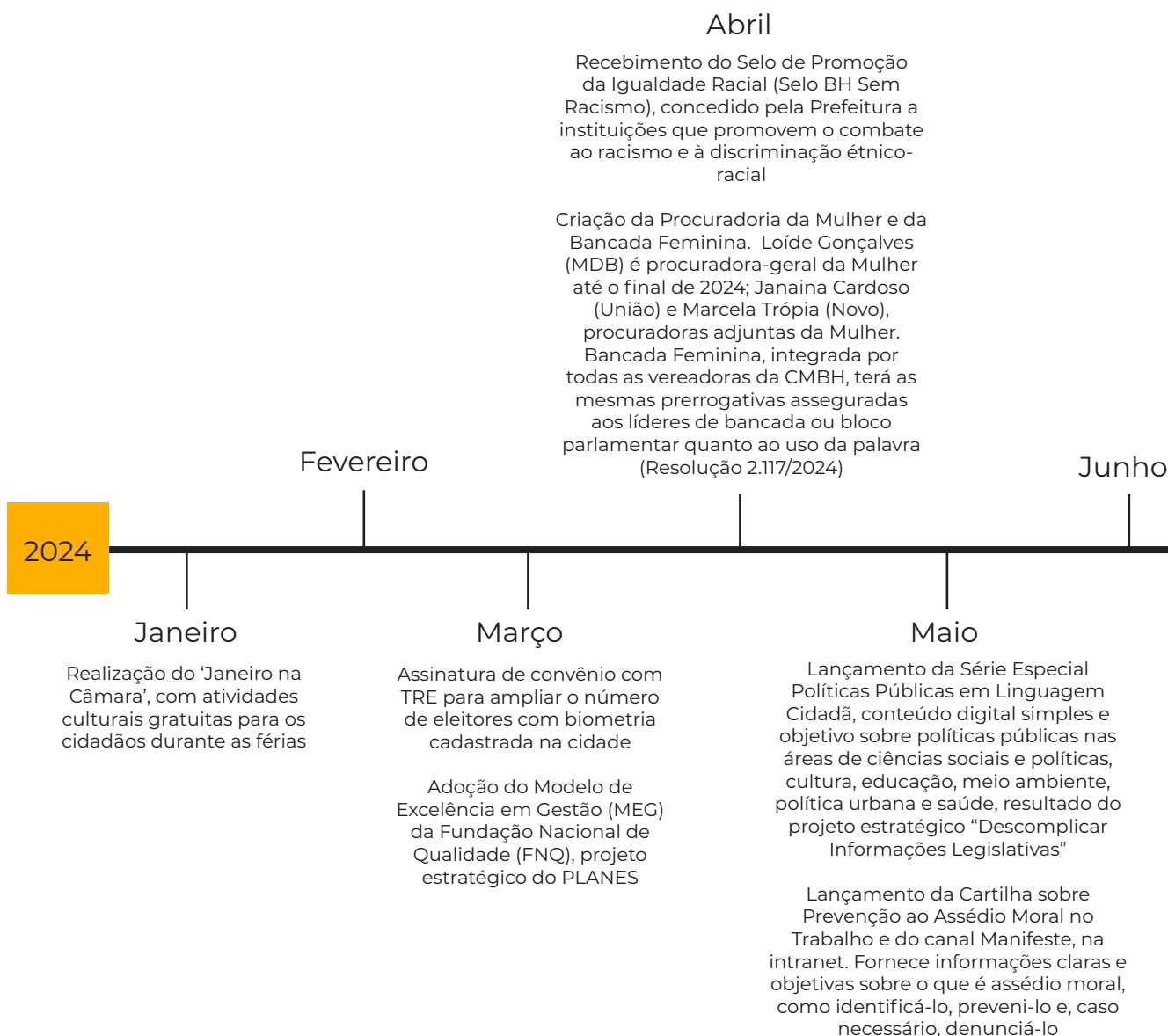
Inauguração do Corredor Cultural Alberto da Veiga Guignard com exposição de Yara Tupynambá

5 de outubro – No dia em que a Constituição de 1988 e o Palácio Francisco Bicalho, sede da CMBH, completaram 35 anos, foram retiradas as grades que circundaram o prédio por seis anos e entregue a Praça da Constituinte, remodelada e aberta ao povo. Espaço valorizou obras de Amílcar de Castro e Oscar Niemeyer, e ganhou estátua em homenagem ao deputado constituinte e ex-vereador Elias Murad (1924-2013)

Criação do Comitê Permanente de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Portaria 21.301/2023)

Dezembro

Lançamento do edital para a realização do concurso público da CMBH para seleção de 91 servidores, de nível médio e superior. Reserva de 10% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para candidatos negros e pardos



Julho

Finalização das obras para modernização dos sistemas de ar condicionado, elétrico (iluminação e tomadas), telefônico, sonorização e instalações físicas (divisórias e placas de forro) do terceiro andar da Ala A da sede da CMBH

Setembro

Novembro

Agosto

Criação de procedimentos de segurança para acesso ao prédio da CMBH, com inspeção de pessoas e objetos por meio de detectores de metais nas portarias (Deliberação 4/2024)

Posse de servidores aprovados em concurso público cujo edital foi lançado em dezembro de 2023 e as provas, realizadas em abril de 2024

Outubro

Lançamento do Podcast "BH Legal - Uma cidade melhor com a Câmara Municipal", com a participação de vereadores, especialistas e representantes da sociedade civil, que ajudam a compartilhar informações sobre as iniciativas da Câmara Municipal que impactam diretamente a vida dos belo-horizontinos

Dezembro

FOTO: CLÁUDIO RABELO



CÂMARA CULTURAL

Casa do Povo e da Arte

Câmara Cultural, inaugurado em outubro de 2023, aproxima Legislativo dos belo-horizontinos com exposições, ciranda literária e cineclube

Alessandro Duarte

A artista mineira Yara Tupynambá costuma citar uma famosa frase atribuída ao escritor russo Leon Tolstói para explicar a expressiva presença das paisagens de Minas Gerais e de Belo Horizonte em sua obra: “Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”. Com 92 anos, mais de sete décadas de carreira e passagens por museus e centros culturais dos quatro cantos do mundo, Yara levou sua “aldeia” para a exposição de abertura do Corredor

Cultural Alberto da Veiga Guignard, espaço da Câmara Municipal de Belo Horizonte dedicado às artes visuais, inaugurado em 5 outubro de 2023. A mostra temporária Belo Horizonte da Yara reuniu 62 quadros do acervo da artista, além de objetos, livros e recortes que ajudam a contar a história dessa mineira de Montes Claros.

A seleção das obras de Yara não foi por

acaso. “Ela foi escolhida por ser a autora dos dois painéis que decoram o Plenário Amintas de Barros. Uma das primeiras ações que eu tive como presidente foi garantir o retorno dessas obras para o Plenário, de onde haviam sido removidas, para infelicidade da artista”, diz o presidente da CMBH, Gabriel Sousa Marques de Azevedo (MDB). “Ela veio conferir o retorno e dava para ver em seu olhar a intensa emoção que sentiu ao ver suas obras decorando mais uma vez a Câmara Municipal de Belo Horizonte”, conta o presidente, que idealizou o Câmara Cultural.

Além da mostra que homenageava Yara – em cartaz até fevereiro de 2024 –, inauguraram o corredor a exposição Belo Horizonte Ontem e Hoje: Poder Legislativo Sempre Presente, que apresenta marcos políticos da cidade ao longo de seus mais de 120 anos, fruto de convênio com o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH); e a mostra permanente Galeria dos Ex-presidentes, com os retratos e uma breve biografia dos que estiveram à frente do Legislativo Municipal desde 1901.

O corredor faz parte do programa Câmara Cultural, que tem como objetivo a promoção da cultura, da memória de Belo Horizonte e das artes locais, em suas mais diversas manifestações. “Sempre que visitei sedes de parlamentos mundo afora – e tive a alegria de conhecer 93 países – vi que era comum haver em seus edifícios um espaço dedicado à cultura”, afirma Gabriel. O presidente lembra que, no passado, a Câmara Municipal contou com um ambiente para a divulgação de manifestações artísticas, mas que havia sido substituído em gestões anteriores.

O corredor foi nomeado em homenagem a um dos mais importantes pintores do modernismo brasileiro do século XX, o fluminense Alberto da Veiga Guignard (1896 -



Mostra Guto Muniz: arte.devercidade

1962). Ele veio para Belo Horizonte em 1944, a convite do então prefeito Juscelino Kubitschek (1902-1976), para lecionar na Escola de Belas Artes, que no ano de sua morte foi rebatizada de Escola Guignard. Yara Tupynambá, aliás, foi aluna de Guignard, a exemplo de outros mineiros expoentes das artes plásticas, como Amilcar de Castro (1920-2002), Farnese de Andrade (1926-1996) e Lygia Clark (1920-1988).

Além da exibição inicial de Yara, ela foi homenageada ainda com a exposição Novos Tempos, com destaque para retratos femininos. A mostra foi substituída por *arte.devercidade*, composta por imagens produzidas pelo fotógrafo Guto Muniz, especializado na cobertura de eventos culturais, em especial teatro e dança.

O apuro visual é uma preocupação nas exposições da Câmara Cultural. Quem chega na CMBH pela Portaria 1, na Avenida dos Andradas, se depara com um enorme mapa da cidade no chão, além de textos de apresentação do programa, de Guignard e de uma amostra das exposições em cartaz. Para Belo Horizonte Ontem e Hoje: Poder Legislativo Sempre Presente foi colocado no hall de entrada uma

FOTO: CLÁUDIO RABELO



Corredor Cultural Alberto da Veiga Guignard

imagem do escorregador do Conjunto IAPI, localizado no bairro São Cristóvão, cujos traços modernistas são tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

“É comum vemos jovens andando sobre o mapa e identificando onde fica sua casa, por exemplo. A arte tem esse caráter lúdico de fazer as pessoas pensarem a cidade hoje”, afirma Larissa Metzker, chefe da Seção de Criação Visual (Secvis), responsável pela expografia. Para a mostra de Guto Muniz, a Secvis usou de um recurso estético bastante visto nas ruas da cidade para a divulgação de espetáculos culturais como os retratados pelo fotógrafo: o lambe-lambe. “O conceito foi construído junto com o artista. Ocupamos as paredes usando apenas pedaços de papel, água, cola e rolo”, conta Larissa. Lambe-lambes também ficaram disponíveis para os visitantes levarem para casa.

A Deliberação 8/2023, que instituiu o programa, estabeleceu que, no início do mandato da Mesa Diretora, a Presidência da Câmara designará um conselho curador responsável por definir diretrizes e aprovar a agenda cultural do biênio. O conselho é formado pelo presidente da CMBH ou por um vereador ou

FOTO: KAROLINE BARRETO



Exposição Belo Horizonte Ontem e Hoje: Poder Legislativo Sempre Presente

uma vereadora indicada por ele; dois servidores da Casa, sendo pelo menos um deles titular de cargo efetivo; e um cidadão, de preferência profissional do meio cultural e artístico ou membro de instituição com atuação no meio artístico. “Essa é uma maneira de abrir a Câmara para o povo e trazer a sociedade para um diálogo com o Legislativo”, diz Deborah Fernandes Amaral, servidora efetiva da CMBH e membro do conselho curador. “A ideia é sempre priorizar artistas que tenham ligação com Belo Horizonte”, completa.

No início de dezembro, foi inaugurada a mostra “O Acervo como Escola”, que celebra os 80 anos da Escola Guignard/UEMG. Está prevista ainda a participação de novos artistas por meio de editais. A deliberação criou a Secretaria Executiva do Sistema de Artes e Cultura, responsável por coordenar e executar as ações de cultura com base nas decisões do conselho curador. Segundo a secretária Enika Mordente Martins, uma das metas é aumentar as parcerias com escolas. “A Câmara Cultural é uma forma de levar Belo Horizonte até os estudantes”, diz ela.

Mas nem só de exposições vive o Câmara Cultural. A Deliberação 8/2023 destaca que poderão integrar o programa projetos culturais





Ddaveigaguignard

como cineclube, concursos culturais, feiras e festivais culturais, entre outros. Um projeto que caiu nas graças dos servidores e do público externo foi a Ciranda Literária, que promove bate-papos sobre livros. A primeira obra escolhida como tema da roda de conversa foi Insubmissas Lágrimas de Mulheres, da belo-horizontina Conceição Evaristo, imortal da Academia Mineira de Letras. “É interessante que essa foi uma iniciativa de servidores da área de revisão e implementamos em parceria com a Escola do Legislativo”, diz Ariane Albergaria, chefe da Seção de Apoio Operacional e Protocolo (Secaop), que presta assessoria à Secretaria Executiva do Sistema de Artes e Cultura.

A programação de férias teve cinema – com os filmes Uma Noite no Rio, com Carmem Miranda; e O Garoto, dirigido e estrelado por Charles Chaplin –, visitas guiadas e oficinas. Entre as atividades estavam dicas de como fotografar com o celular, introdução à arte da cerâmica e releitura de obras de Alberto da Veiga Guignard. Entrar pela portaria principal e perceber a grande quantidade de estudantes e jovens que vão até a Câmara Municipal conferir as exposições temporárias é, segundo Gabriel, uma de suas grandes satisfações: “Ver pessoas tão jovens, desenhando em cadernos e papéis as obras de arte como forma de aprimorar seus conhecimentos culturais é algo que me deixa muito feliz como presidente”.

NO LUGAR DAS GRADES, UMA PRAÇA PÚBLICA

No dia 5 de outubro de 2023, data em que se celebraram os 35 anos da promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, e do Palácio Francisco Bicalho, sede do Legislativo Municipal, a Câmara de BH inaugurou a Praça da Constituinte, localizada em frente à portaria principal. A primeira medida para a requalificação do espaço foi a retirada das grades que impossibilitavam o público de usar a área como espaço de convivência e admirar as obras de arte que ficam ali. A saída dos gradis simbolizou a promessa de aproximação entre os moradores da capital e seus representantes. Foram reposicionadas as esculturas de Amilcar de Castro e Oscar Niemeyer. De autoria do artista plástico Léo Santana, foi inaugurada uma estátua em homenagem ao ex-deputado constituinte e ex-vereador Elias Murad (1924-2013), patrono da CMBH.



COMIDA BOA E BARATA

Restaurante popular é reaberto e serve quase quinhentas mil refeições em dois anos

Espaço foi fechado em 2020 por causa da pandemia, passou por reforma e retomou funcionamento graças à economia da Câmara

Suzana Linke

Uma das principais realizações da gestão da Câmara de BH no biênio 2023-2024 foi a reabertura do restaurante popular, que beneficiou especialmente as camadas mais vulneráveis da população. Fechado em março de 2020 em razão das medidas de prevenção do avanço da covid-19 na cidade, o Refeitório Popular João Bosco Murta Lages foi reformado durante o período e reinaugurado pelo



FOTO: ABRAÃO BRÜCK

presidente da Casa no dia 1º de fevereiro de 2023.

Completando 20 anos em 2024, o equipamento tem capacidade para servir até 1.250 refeições por dia, balanceadas e saborosas a baixo custo (R\$ 3,00) ou a custo zero, no caso das pessoas em situação de rua cadastradas pela Prefeitura. Beneficiários de programas sociais como o Bolsa-Família pagam apenas R\$ 1,50, metade do preço pago pela população em geral.

“JUNTOS CONTRA A FOME”

A retomada do fornecimento das refeições à unidade pela Prefeitura, responsável pelo abastecimento dos cinco restaurantes populares de BH, foi favorecida pela economia e a devolução de R\$ 8,3 milhões do orçamento da CMBH. A contribuição financeira integrou os esforços da instituição no combate à insegurança alimentar e à fome na capital, agravadas pela crise econômica e o aumento dos índices de vulnerabilidade causados pela pandemia, que ceifaram micro e pequenas empresas, eliminando milhares de empregos, e atingiram fortemente empreendedores individuais e trabalhadores informais.

O cheque simbólico foi entregue ao prefeito Fuad Noman (PSD) no dia da reinauguração. “A gente vai brigar junto pelos problemas da cidade, e a fome é um grande problema”, afirmou o presidente da Casa, Gabriel Sousa Marques de Azevedo (MDB). “Este não é um gesto do presidente, mas de 41 colegas que respeitam a cidade e o dinheiro público; que isto aqui seja bem utilizado pelo Fuad para matar a fome da nossa população”, declarou.

Em 2023, o Refeitório serviu 212.847 refeições, das quais 34.487 foram para pessoas em situação de rua e 3.780 para beneficiários

do Bolsa Família; de janeiro a agosto de 2024, foram quase 160 mil, sendo mais de 3 mil para usuários do Bolsa Família e cerca de 32 mil para pessoas em situação de rua.

O local funciona de segunda a sexta-feira, das 11h às 14h. O cardápio é disponibilizado semanalmente e pode ser consultado na porta do Refeitório e no Portal CMBH.

NÚCLEO DE CIDADANIA

O restaurante popular integra os serviços oferecidos ao cidadão no Núcleo de Cidadania, que, por meio de parcerias com órgãos municipais, estaduais e federais, oferece um posto de Atendimento Pré-processual (Papre) do TJMG, um posto de identificação da Polícia Civil, um Ponto de Atendimento à mulher vítima de violência e unidades do Procon-BH e do Sistema Nacional de Emprego (Sine), além da internet popular gratuita. O acesso ao Núcleo, situado no andar térreo da Câmara, é feito pela Portaria 3, na Avenida Churchill, em frente ao Hospital Mário Pena.



FOTO: CLÁUDIO RABELO

Crianças, jovens e adultos têm oportunidade de desenvolver a cidadania

Andrea Avelar

Aos 16 anos, Marcela Trópia dava seus primeiros passos no universo da política. Ela ainda não sabia, mas sua participação no Parlamento Jovem - projeto de formação política voltado para estudantes do ensino médio e superior - seria decisiva na escolha de seu caminho profissional. “Particpei do PJ em 2011. Na época eu fazia parte do grêmio estudantil do Colégio Magnum e achei que o PJ seria uma forma de experimentar uma profissão relacionada ao Direito, por lidar com leis”, lembra. Entretanto, o que a deixou mais animada foi a possibilidade de elaborar projetos de lei, votar e convencer os colegas a respeito de suas ideias. “Logo depois decidi fazer Administração Pública. Eu acreditava que poderia impactar a vida das pessoas como servidora pública do Poder

FOTO: ABRAÃO BRUCK



João Victor Oliveira Sousa Mendes, participante do Parlamento Jovem

Executivo”, explica.

Ao longo do curso, ela percebeu que uma atuação no Legislativo poderia ser ainda mais efetiva na realização de seus ideais. “Resolvi me candidatar pela primeira vez nas eleições municipais de 2016, aos 22 anos, cinco anos após ter participado do PJ. Não tive sucesso, mas, na eleição seguinte, em 2020, consegui me eleger vereadora com mais de 10 mil votos”, diz. Reeleita em 2024, Marcela considera o PJ um dos melhores projetos para aproximar jovens do Legislativo municipal. “Certamente foi uma experiência que me inspirou a participar da política”, afirma.

Para João Victor Oliveira Sousa Mendes, de 18 anos, a participação no Parlamento Jovem foi bastante desafiadora. Ele lembra com bom humor de suas primeiras apresentações em público ao longo do projeto: “Eu gaguejava, tremia, ficava muito inseguro. Agora a situação mudou - consigo até brincar com o público”, revela. Aluno da Escola Estadual Augusto de Lima, João Victor participou do projeto entre 2023 e 2024, quando foi eleito representante do polo metropolitano.

Realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), em parceria com as câmaras municipais, o PJ proporciona aos estudantes uma reflexão sobre o papel do Poder Legislativo e a importância de uma sociedade democrática. A edição de 2023 teve como tema “O Jovem e o mercado de trabalho”. “Depois que participamos de todas as atividades, fui escolhido pela turma para ser o orador”, conta João Victor. Mesmo com medo, encarou o desafio, sendo, em seguida, escolhido para ser representante na etapa regional. “Trazer a voz de todos por meio de sua voz e sua representatividade. Foi uma experiência incrível - eu me senti capaz de

fazer algo importante”, disse, animado.

O Parlamento Jovem, o Câmara Mirim e o Câmara EJA são exemplos de projetos de educação cidadã realizados ou apoiados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. “A CMBH, por meio da Escola do Legislativo, tem papel ativo na educação cidadã”, afirma Roberto Edson de Almeida, gerente da Escola do Legislativo (Escleg). Ele considera que a educação para a cidadania permite levar para a sociedade o entendimento sobre o papel do vereador, do Legislativo e de como o cidadão pode participar desse espaço político. “O fundamento da educação cidadã é preparar o estudante para exercer seus direitos”, explica. Para Roberto, vivemos em uma sociedade em que se fala muito sobre política, mas pouco se conhece sobre o funcionamento das instituições, as diferenças do Legislativo para o Executivo. “Esse conhecimento é fundamental para que as pessoas possam exercer sua cidadania”, defende.

No Parlamento Jovem, estudantes de escolas particulares e públicas podem se inscrever. As atividades se desenvolvem em três etapas: municipal, regional e estadual. Os estudantes participam de oficinas, debates, palestras com especialistas, visitas à Câmara e elaboram sugestões sobre os problemas e desafios a serem enfrentados. As propostas são discutidas nos grupos de trabalho e na sessão final é elaborado um documento encaminhado à comissão temática pertinente da Câmara.

VEREADORES MIRINS FAZEM CAMPANHA E DISPUTAM ELEIÇÃO

Para Bernardo Gonçalves Dias, aluno da escola Estadual Henrique Diniz, a experiência com o legislativo começou mais cedo - no Câmara Mirim - e se complementou no Parlamento Jovem. O Câmara Mirim foi criado em 2008



Bernardo Gonçalves, participante do Parlamento Jovem

e é voltado para estudantes dos anos finais do ensino fundamental e tem a proposta de ensinar, por meio de atividades práticas, como funciona o processo legislativo municipal.

Com a ajuda de urnas eletrônicas oficiais, fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG), alguns participantes são eleitos pelos colegas e se tornam vereadores mirins. Durante o mandato, participam mensalmente de uma sessão na Câmara de BH. Em seus trabalhos, apresentam e debatem propostas sobre temas de ordem social, ambiental, econômica e política. Ao final do projeto, os vereadores mirins discutem e votam as propostas em sessão no Plenário. As matérias aprovadas são encaminhadas para a comissão temática pertinente. Após análise, as propostas podem ser encaminhadas para tramitação no Plenário da CMBH.

A analista do TRE/MG, Ana Eliza Pandolfi de Abreu, afirma que a promoção de espaços de diálogo com a sociedade sobre o processo eleitoral e a cidadania política é extremamente relevante por estimular a população a conhecer seus direitos políticos e a participar do processo democrático. “O Câmara Mirim

alinha-se perfeitamente à atuação do TRE no eixo da cidadania, uma vez que proporciona aos estudantes experiências ligadas ao processo legislativo e ao exercício dos direitos políticos, por meio da realização de eleições parametrizadas para os cargos de vereador mirim”, explica. Além do TRE, são parceiros do projeto a Secretaria Municipal de Educação e o Centro Pedagógico da UFMG.

Mais do que a chance de conhecer de perto o processo eleitoral, os projetos de educação cidadã também podem impactar positivamente a criatividade, o engajamento com problemas comunitários, além de desenvolver habilidades como falar em público, dialogar e resolver conflitos. Animado com a experiência no Câmara Mirim, Bernardo decidiu participar também do Parlamento Jovem. “Eu sempre fui muito tímido, mais calado e, quando fui chamado para representar os participantes na cerimônia de inicialização do PJ 2022, achava que não conseguiria ir tão longe”. Mas conseguiu. “Ao chegar à etapa estadual representando Belo Horizonte, pude me sentir realizado pelo sentimento de estar fazendo a diferença. É algo que eu sempre serei grato”, relembra.

As mudanças percebidas pelo jovem vão muito além do conhecimento sobre processo legislativo. “Passei a ter uma perspectiva completamente diferente sobre pessoas, política, e a própria vida. Hoje eu tenho mais conhecimento e maturidade para discutir problemas e assuntos políticos e sociais, além de conseguir me comunicar e interagir de uma forma muito melhor com pessoas, algo que eu tinha uma dificuldade imensa”, diz.

APRENDIZADO ATÉ MESMO NA VIDA ADULTA

O Censo Escolar de 2023 mostra que a educação básica enfrenta grandes desafios no Brasil, sendo um dos principais a alta taxa de evasão escolar. O ensino médio apresenta os maiores índices de abandono - um desafio significativo para o sistema educacional brasileiro. Segundo dados do Censo, 9 milhões de estudantes não concluíram o ensino médio em 2023.

O zelador, músico e estudante Phelippe Martins, 30 anos, já viveu essa realidade. Depois de abandonar os estudos na adolescência, recentemente retornou à sala de aula. Ele está matriculado no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tem participado dos encontros quinzenais do Câmara EJA, ciente de que eles fazem parte de um propósito maior: “Prometi a mim mesmo retomar os estudos. Quero terminar o ensino fundamental, concluir o ensino médio e fazer curso superior de Psicologia”. O desafio é grande, principalmente para quem concilia trabalho, estudos, cuidados com três filhas (de cinco, três e um ano) e paixão pela música. Mas nada que o assuste ou desanime. “Já passei por muita coisa. Fui diagnosticado com transtorno bipolar, me tratei e recentemente enfrentei um divórcio. Sou prova de que a superação é possível”, diz.

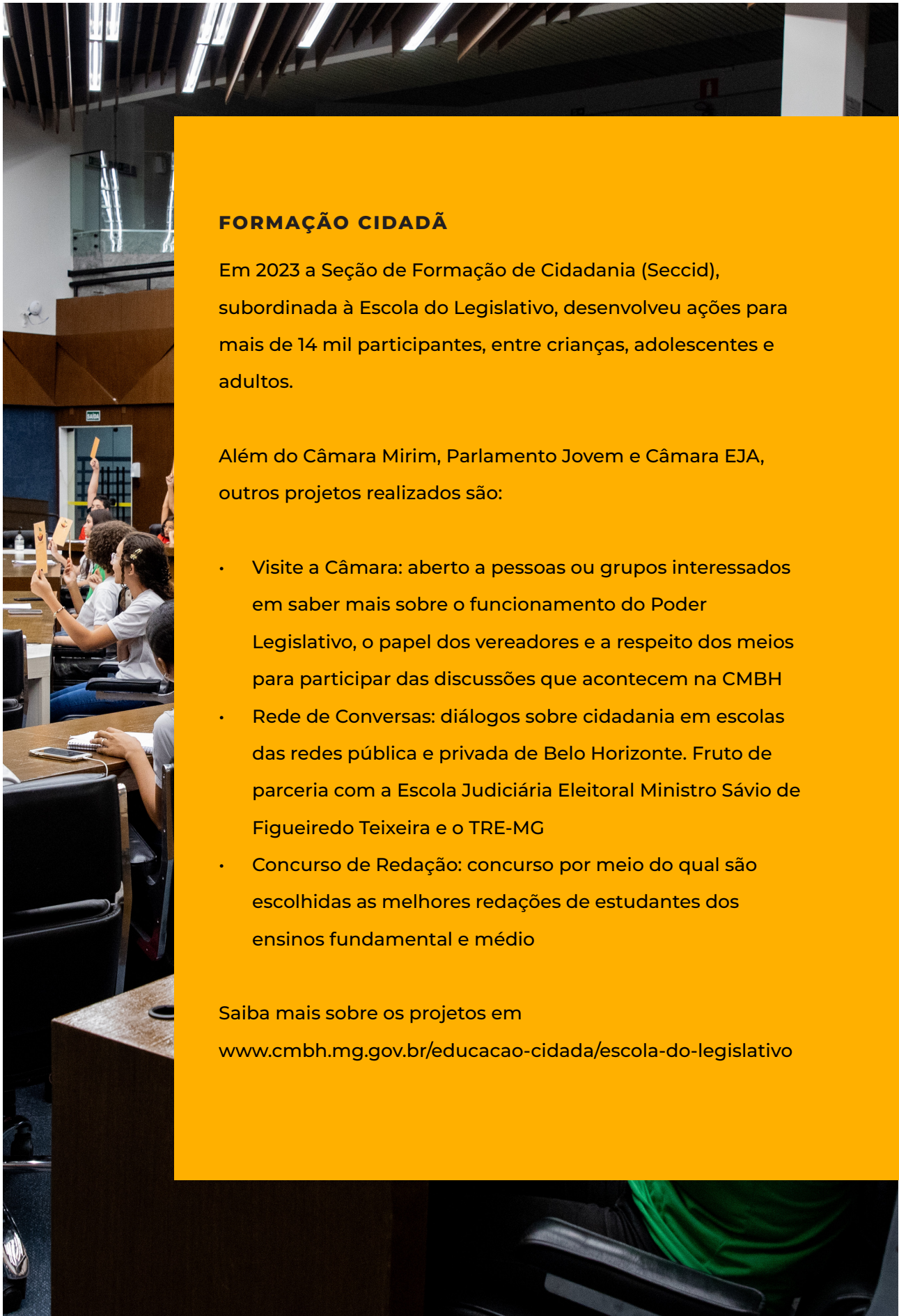
O Câmara EJA é voltado para a formação cidadã de estudantes matriculados no Programa de Educação de Jovens e Adultos, por meio da oferta de atividades formativas focadas na discussão do papel do Poder Legislativo, especificamente do Legislativo municipal. Outro objetivo do projeto é aprofundar o conhecimento dos estudantes a respeito das políticas públicas municipais, com destaque para a função fiscalizadora da Câmara e as oportunidades de intervenção cidadã em sua concepção e execução.

Na sala de aula e por meio do Câmara EJA, Phelippe descobriu o significado de cidadania. “Estou aprendendo a reivindicar meus direitos, estou conhecendo os canais para me comunicar e me relacionar com o poder público. Também estou conhecendo leis e instrumentos de incentivo à cultura, que podem ser muito úteis em minha carreira artística”, destaca.



FOTO: ABRÃO BRUCK

Phelippe Martins, participante do Parlamento Jovem



FORMAÇÃO CIDADÃ

Em 2023 a Seção de Formação de Cidadania (Seccid), subordinada à Escola do Legislativo, desenvolveu ações para mais de 14 mil participantes, entre crianças, adolescentes e adultos.

Além do Câmara Mirim, Parlamento Jovem e Câmara EJA, outros projetos realizados são:

- Visite a Câmara: aberto a pessoas ou grupos interessados em saber mais sobre o funcionamento do Poder Legislativo, o papel dos vereadores e a respeito dos meios para participar das discussões que acontecem na CMBH
- Rede de Conversas: diálogos sobre cidadania em escolas das redes pública e privada de Belo Horizonte. Fruto de parceria com a Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sávio de Figueiredo Teixeira e o TRE-MG
- Concurso de Redação: concurso por meio do qual são escolhidas as melhores redações de estudantes dos ensinos fundamental e médio

Saiba mais sobre os projetos em www.cmbh.mg.gov.br/educacao-cidada/escola-do-legislativo

Reforço bem-vindo: novos servidores ajudam a tirar projetos do papel na CMBH

A chegada de 90 servidores efetivos renovou o corpo técnico e trouxe mais eficiência aos serviços de tecnologia da informação e comunicação

Patrícia Brandão

Após 17 anos servindo na Polícia Militar de Minas Gerais, o analista da Seção de Sistemas de Informação (Secsis) Danilo Lima Antunes hoje compõe o quadro do novo corpo técnico da Câmara Municipal de BH. Formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ele já atuava como desenvolvedor de software nas horas vagas e sonhava em migrar definitivamente para a área de tecnologia. Danilo está entre os 90 profissionais que



FOTO: RAFAELLA RIBEIRO

Posse dos novos servidores da CMBH

tomaram posse no concurso da CMBH e que já estão atuando em diversos setores da Secretaria da Casa. O reforço de pessoal tornou possível não apenas melhorar o desempenho em áreas estratégicas, mas também tirar projetos do papel.

Segundo o chefe da Divisão de Tecnologia da Informação e Inovação (Divtec), Pedro Paulo Fonseca, o incremento na equipe fez com que fosse possível diminuir a fila de demandas represadas e criar um setor especializado em sistemas. “Com essa modernização contínua da nossa infraestrutura de tecnologia da informação, a gente consegue ter uma disponibilidade maior de serviços e reforçar a segurança dos dados”, afirma. Para Danilo, fazer parte desse trabalho é uma realização pessoal. “A equipe é excelente, e está sendo muito gratificante atuar na manutenção e melhoria do Sistema de Informações Legislativas (SIL), um dos sistemas informatizados mais importantes da Casa”, diz.

Outra área que já estruturou projetos novos com os recém-chegados é a Divisão de Jornalismo e Divulgação (Divjor). De acordo com a chefe da divisão, Izabela Moreira Maurício, as nomeações ajudaram a suprir a crescente demanda de divulgação das atividades legislativas, institucionais e administrativas da Câmara. “Com o incremento do quadro técnico, estamos ampliando a presença da CMBH nas redes sociais, com conteúdo mais elaborado e diversificado e interação com seguidores. Além disso, o aumento da equipe nos possibilitou estreitar mais um canal de divulgação das iniciativas da Câmara que impactam diretamente a vida dos belo-horizontinos, o Podcast BH Legal”, relata.

TEMPO RECORDE

Apenas oito meses se passaram entre a

publicação do edital do concurso público, em dezembro de 2023, e a convocação de todos os aprovados nas vagas previstas. Além deles, foram chamados mais quatro profissionais para suprir o lugar de colegas que se aposentaram nesse período. O tempo recorde da posse dos servidores foi possível devido a um esforço coordenado de uma comissão interna formada por servidores da Diretoria de Administração e Finanças (Dirafi), Diretoria de Gestão de Pessoas (Digesp), Diretoria Geral (Dirger), Procuradoria do Legislativo (Proleg) e Sindicato dos Servidores da Câmara de BH (Sindislembh), que “fizeram das tripas coração” para cumprir os prazos da legislação eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RENOVAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

Mais de 59 mil pessoas se inscreveram no certame, que abriu vagas para 59 técnicos legislativos e 32 profissionais de diferentes áreas de nível superior, entre advogados, enfermeiros, arquitetos, contadores, assistentes sociais, jornalistas e outros. O perfil dos novos servidores é equilibrado em quantidade de homens e mulheres. A maioria tem ensino superior, sendo que grande parte possui formação em Direito. É o caso do procurador do Legislativo Bruno Vargas dos Santos, de 33 anos. Natural de Tramandaí, cidade do Rio Grande do Sul, ele veio para Belo Horizonte em agosto a fim de assumir sua vaga. Para ele, o concurso foi uma oportunidade de entrar em uma carreira promissora. “Meu dia a dia tem sido positivo e com muito aprendizado. Estou podendo sentir na pele muita coisa que antes ficava apenas no mundo teórico. O quadro da CMBH é extremamente qualificado”, avalia.

Também formada em Direito, a técnica legislativa da Divisão de Consultoria Legislativa (Divcol) Vanessa Wagner Farah

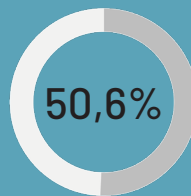
Pereira, de 46 anos, viu na CMBH a chance de ter mais qualidade de vida. “Sou muito feliz trabalhando na Câmara, porque posso conciliar trabalho com tempo para a família e o lazer. Fui muito bem recebida por todos”, afirma. Em sua primeira experiência oficial de trabalho, a técnica legislativa da Seção de Apoio a Eventos Oficiais (Seceve) Bruna Vieira Brostel, de 19 anos, também considera que a acolhida foi um ponto forte do novo cargo. “A recepção foi tão gostosa, as pessoas do meu setor tão gentis, competentes e animadas, que eu fico muito feliz de acordar todo dia pra trabalhar com elas”, conta.

As boas-vindas aos novos colegas incluem muito trabalho em favor da democracia, conforme reforçado pela chefe da Digesp, Isabella Dias, durante a cerimônia de posse. “A partir de agora, vocês assumem as responsabilidades e desafios de prestar um serviço essencial para o progresso e bem-estar da nossa cidade. Tenho plena confiança de que trarão novas perspectivas e contribuições valiosas”, declarou na ocasião.

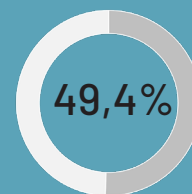
VOCÊ SABIA?

O concurso de 2023 foi o primeiro da Casa a ter cotas raciais, uma iniciativa do Comitê para a Promoção Étnico-Racial na CMBH

O PERFIL DO NOVO SERVIDOR



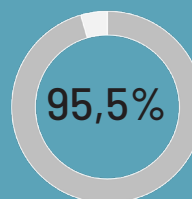
Homens



Mulheres

Idade média dos recém-chegados

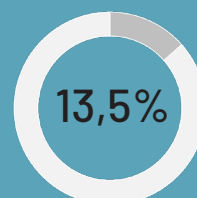
31,7 anos



Tem curso superior

São negros

16,8%



São deficientes

* Dados referentes aos 89 servidores que entraram em exercício após a primeira convocação do concurso

PLANES

Planejamento estratégico busca maior eficiência nos serviços prestados aos vereadores e aos cidadãos

Entre as entregas do biênio 2023/2024 estão adoção de modelo de gestão, solução de comunicação organizacional e incentivo à inovação

Alessandro Duarte

“Se você não sabe para onde quer ir, qualquer caminho serve”, responde o Gato Risonho à protagonista um tanto atordoada do clássico “Alice no País das Maravilhas”. Publicada pela primeira vez em 1865, pelo inglês Lewis Carroll, a frase é comumente usada para descrever a importância de planejar suas ações – e ter clareza de onde se quer chegar.



FOTO: CLÁUDIO RABELO

Para não caminhar a esmo, a Secretaria da Câmara Municipal de Belo Horizonte iniciou, em fevereiro de 2020, o desenvolvimento de seu Planejamento Estratégico (PLANES), cujo objetivo é obter maior eficiência nos serviços prestados tanto para os vereadores quanto para os cidadãos. “Fizemos um diagnóstico e constatamos que os processos até funcionavam, mas era como se cada setor tomasse uma direção. Agora, temos uma bússola, que é nosso mapa estratégico”, afirma Janaina Cerceau, coordenadora do Comitê Técnico de Planejamento e chefe da Seção de Gestão Estratégica (Secges).

O Planejamento Estratégico da Câmara está alicerçado nos pilares de melhoria da imagem institucional, dos processos internos e da integração da área administrativa. As entregas do PLANES foram divididas em três ciclos, que coincidem com o mandato das Mesas Diretoras: 2021/2022; 2023/2024; e 2025/2026. Está prevista a cada biênio uma avaliação da execução do planejamento, além da divulgação de resultados parciais. “O fato de contarmos com um planejamento e com acompanhamento periódico fortalece uma gestão mais profissional”, diz Janaina.

Diagnóstico interno realizado no início da implantação do PLANES apontou que as áreas administrativas da CMBH tinham diferentes critérios de gestão, o que favorecia a falta de integração e a não utilização de recursos de forma eficiente e eficaz, além de tornar a estrutura da Casa frágil e suscetível a críticas. Após análises realizadas em conjunto entre as diretorias da Casa e o comitê do PLANES, optou-se por adotar o Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Com a primeira fase da estruturação do modelo prevista para ser concluída até dezembro deste ano, a expectativa é que se possa aferir melhorias

como o amadurecimento da força de trabalho; a construção de uma cultura organizacional pautada na qualidade da gestão e voltada para o atingimento da excelência; o monitoramento assertivo dos resultados com a utilização de indicadores de desempenho nos processos; e o aumento da integração e do diálogo entre as áreas administrativas.

O biênio 2023/2024 é o que concentra o maior número de entregas do PLANES (**confira 11 entregas concluídas ou previstas no quadro**). Em julho de 2024, por exemplo, foi reestruturada a Coordenadoria da Tecnologia da Informação (Cootec), com a recriação da Seção de Sistemas de Informação (Secsis), o aumento do quantitativo de servidores e a elaboração do Plano Diretor de TI 2023/2024. Em setembro, entrou no ar a nova intranet da Câmara Municipal, com visual renovado, novas funcionalidades e maior facilidade de navegação. Outra demanda que surgiu de uma dificuldade interna foi a implementação de uma ferramenta de comunicação organizacional. Previsto para estar plenamente instituído até dezembro de 2024, o Google Workspace servirá para padronizar o diálogo entre setores e servidores.

A migração dos sistemas de dados da Divisão de Tecnologia de Informação e Inovação (Divtec) da plataforma Oracle para o software livre PostgreSQL, concluída em maio de 2023, resultou em uma economia de R\$ 8 milhões anuais. A mudança atendeu à necessidade de modernizar a infraestrutura tecnológica e otimizar o desempenho dos sistemas diante do crescimento das demandas. A escolha do PostgreSQL se deu não apenas por causa do custo, mas pela robustez, flexibilidade e segurança do software.

No primeiro semestre de 2024, a CMBH entregou duas importantes obras de

infraestrutura no 3º pavimento da Ala A do edifício-sede: reforma completa da cobertura e implementação de um projeto de retrofit nos sistemas de climatização, elétrico, telefônico, sonorização e instalações físicas. A primeira obra teve como objetivo principal resolver problemas de infiltração e vazamento de água pluvial. Já a segunda foi motivada pela redução da vida útil dos sistemas prediais da CMBH, que não atendiam mais às demandas atuais de ocupação dos espaços funcionais, especialmente no que diz respeito ao aumento da carga elétrica e à necessidade de individualização do sistema de climatização. O retrofit trouxe otimização no consumo de energia elétrica e redução da emissão de gases poluentes.

Uma mudança de paradigma é a implantação do Processo de Gestão da Inovação. Entre as ações para a construção de uma “cultura de inovação” na CMBH estão a criação e divulgação de cartilhas, pílulas e boletins informativos; e a criação de banco de ideias, com a disponibilização do formulário para o envio de sugestões para melhorias em produtos, serviços e processos de gestão. A Câmara aderiu, em maio de 2023, ao Acordo de Cooperação da Rede Mineira de Laboratórios de Inovação, que tem como objetivo promover o intercâmbio de experiências e informações. Como mostra uma das peças da campanha de divulgação do Planejamento Estratégico: “Alguns processos internos poderiam ser ainda mais rápidos? Por isso estamos no caminho da inovação. Isso é PLANES”.

ENTREGAS DO PLANES NO BIÊNIO 2023/2024

- 1 Institucionalizar e fortalecer a gestão estratégica e garantir o uso de um modelo de gestão integrativo de pessoas, áreas e processos**
- 2 Implantar, nos canais de comunicação internos, soluções adequadas às necessidades da CMBH e às disponibilidades dos servidores, a fim de tornar a transmissão de informação mais eficiente e transparente entre as áreas**
- 3 Viabilizar a implantação de soluções de processo eletrônico e digital com foco em eliminar o uso de papéis e respectivo arquivamento físico em processos internos, identificando também oportunidades de melhoria nos processos**
- 4 Fomentar a cultura de inovação e desenvolver a gestão da inovação**
- 5 Ampliar investimentos em Tecnologia da Informação**
- 6 Aumentar a capacidade de atendimento da Superintendência de Comunicação Institucional (Supcin)**
- 7 Implantar um sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento (Sistema Aeros)**
- 8 Reestruturar o processo de remanejamento, definindo e padronizando suas etapas de forma a tornar o processo mais ágil, transparente, efetivo e eficaz para todos os atores envolvidos (chefias e servidores)**
- 9 Reforma completa da cobertura e implementação de um projeto de retrofit nos sistemas de climatização, elétrico, telefônico, sonorização e instalações físicas do 3º pavimento da Ala A do edifício-sede**
- 10 Capacitar permanentemente parlamentares e gabinetes**
- 11 Fortalecer programas e ampliar ações de formação para cidadania**

Câmara sai das urnas mais negra e mais feminina

Taxa de renovação mais baixa das últimas eleições aponta a aprovação do desempenho dos vereadores pela população

Carlos Freitas

No dia 6 de outubro de 2024, mais de 1 milhão e 200 mil pessoas saíram de suas casas para escolher os 41 vereadores que comporão a Câmara Municipal de Belo Horizonte pelos próximos quatro anos a partir de 1º de janeiro de 2025. Desse total, 6,17% votaram em partidos e 93,83% escolheram um dos 874 candidatos que disputavam o cargo de vereador. A Câmara que sai das urnas é a mais negra e também aquela com o maior

**RAÇA DOS CANDIDATOS
A VEREADOR EM BH**

número de mulheres desde que os dados começaram a ser compilados. Além disso, o número de reeleitos foi o maior dos últimos anos, demonstrando a satisfação dos eleitores com o desempenho de seus representantes.

TRABALHO APROVADO

O êxito eleitoral entre os parlamentares que tentaram a reeleição foi o maior das últimas disputas. Este ano, mais da metade (56,1%) dos vereadores foram reeleitos, enquanto que em 2020 e 2016 o índice de sucesso eleitoral entre os parlamentares ficou, respectivamente, em 41,5% e 44%. Também em 2012 o número de reeleitos foi inferior ao deste ano: apenas 46,5% dos vereadores conseguiram a reeleição naquela disputa.

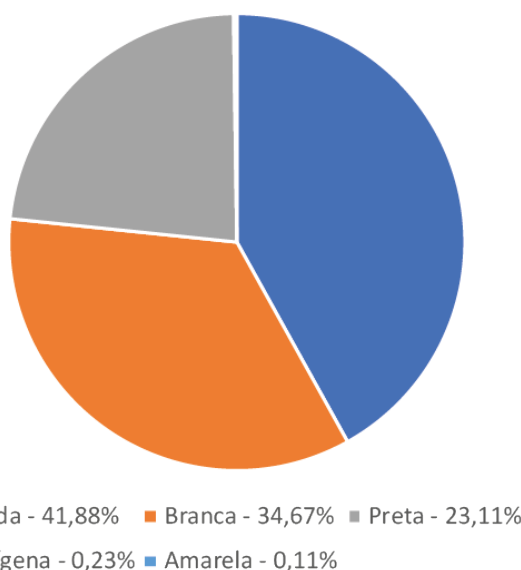
A taxa de renovação na CMBH na eleição deste ano foi de 43,9%, portanto, inferior àquela contabilizada, pelo menos, nos últimos três pleitos, um dado que indica a satisfação da população com o trabalho que os vereadores vêm desenvolvendo.

RAÇA NAS ELEIÇÕES

Do total de 874 candidatos que disputaram a eleição para vereador de Belo Horizonte este ano, 202 se autodeclararam pretos e 266 pardos, totalizando 64,99% de negros na disputa.

A porcentagem de pretos e pardos entre os pleiteantes ao Legislativo do Município supera a presença desse contingente na população da capital. De acordo com o censo do IBGE de 2022, pretos e pardos somam 56% dos moradores de BH. Já os brancos compõem 43,6% da população total da cidade, contingente proporcionalmente superior ao de pleiteantes ao Legislativo municipal que se classificam como brancos: 34,67% do total (303 candidatos).

A disputa por uma cadeira na Câmara Municipal contou, ainda, com um candidato a vereador por BH que se identificou como amarelo e dois que constam da base de dados do TSE como indígenas da etnia Maxakali. Indígenas e amarelos não ultrapassam, cada um, 0,32% do total de moradores da capital.



AÇÕES AFIRMATIVAS

O aumento no número de candidaturas negras vem ocorrendo em todo o país sob influência de ações afirmativas promovidas pela Justiça Eleitoral desde 2020. As regras eleitorais daquele ano determinavam a destinação de percentuais mínimos dos recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário aos candidatos negros, considerando-se a proporção de candidaturas por partido político. Já em agosto deste ano, o Congresso Nacional promulgou uma Emenda Constitucional estabelecendo aplicação mínima de 30% dos recursos dos fundos partidário e de financiamento de campanha para candidaturas de pessoas pretas e pardas.

Como resultado das ações afirmativas para redução da sub-representação de pretos e pardos nos espaços de decisão política, o Brasil registrou recorde de candidaturas negras em 2024. Além disso, não apenas em BH, mas no cômputo geral do país, o número de pleiteantes negros ao cargo de vereador superou o de candidatos brancos.

RAÇA NA CÂMARA

Apesar de a composição de pretos e pardos na próxima legislatura continuar inferior ao percentual de negros que compõem a população total de Belo Horizonte, a Câmara Municipal que saiu das urnas é a mais negra desde que o dado passou a constar da base do TSE. A partir do ano que vem, o Legislativo municipal terá 41,46% de negros em sua composição, isto é, 17 parlamentares se declararam pretos ou pardos.

Em 2016, 12 dos 41 eleitos se classificavam como pretos ou pardos; já em 2020, o número de representantes desse grupo étnico-racial sobe para 13. O resultado deste ano, portanto, representa um aumento de quase de 10 pontos percentuais no número de negros em relação à eleição anterior.

Antes de o dado constar da base do TSE, a Unegro fez um levantamento da composição racial das câmaras das capitais brasileiras e apontou que, em 2008, havia 4 vereadores negros em BH, enquanto que, em 2012, esse

VEREADORES ELEITOS

AUTODECLARADOS

PRETOS E PARDOS

número havia aumentado para 6 do total de 41 parlamentares municipais. O resultado de 2012, apesar de ter sido bem inferior ao da eleição deste ano, fez de BH, naquele momento, a capital brasileira com o segundo maior número de pretos e pardos eleitos para o Legislativo municipal, segundo números da Unegro.

Os dados demonstram que, apesar de termos um caminho longo até o fim da sub-representação de negros nos espaços decisórios do país, esse contingente populacional vem se ampliando de modo firme na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Se em 2008 os negros eleitos representavam menos de 10% do total de vereadores, hoje, esse grupo racial mais que quadruplicou, alcançando 41,46% dos 41 eleitos.

QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

Outro dado digno de nota diz respeito à participação de quilombolas na política municipal. Segundo o TSE, 12 quilombolas

concorreram ao cargo de vereador em BH, sendo que uma candidata deste grupo logrou êxito na disputa: Juhlia Santos (Psol). Além disso, nenhum dos eleitos se classifica como pertencente a alguma etnia indígena.

GÊNERO

A primeira mulher eleita vereadora na capital mineira foi a escritora Alaíde Lisboa, que assumiu o mandato em 1949, depois de ter ficado como suplente na eleição ocorrida dois anos antes. Passados mais de 70 anos desse fato histórico, Belo Horizonte elegeu 12 mulheres para a Câmara Municipal, o que representa 29,26% de sua composição. Além disso, é digno de nota o fato de que entre as cinco maiores votações para o Legislativo da capital em 2024, quatro tenham sido mulheres.

O resultado da eleição deste ano significa um avanço para a representação feminina na Câmara, uma vez que, em 2016, apenas quatro mulheres haviam logrado êxito no pleito



Claudio Do Mundo Novo (PL)



Cleiton Xavier (MDB)



Dra Michelly Siqueira (PRD)



Helinho Da Farmácia (PSD)



Helton Junior (PSD)



Irlan Melo (Republicanos)



Iza Lourença (PSOL)



José Ferreira Projeto Ajudai (Pode)



Juhlia Santos (PSOL)



Leonardo Ângelo da Itatiaia (Cidadania)



Loide Gonçalves (MDB)



Maninho Félix (PSD)



Rudson Paixão (Solidariedade)



Sargento Jalyson (PL)



Tileléo (PP)



Uner Augusto (PL)



Wagner Ferreira (PV)

municipal; já em 2020, 11 mulheres haviam sido eleitas, representando 26,83% do total de vereadores.

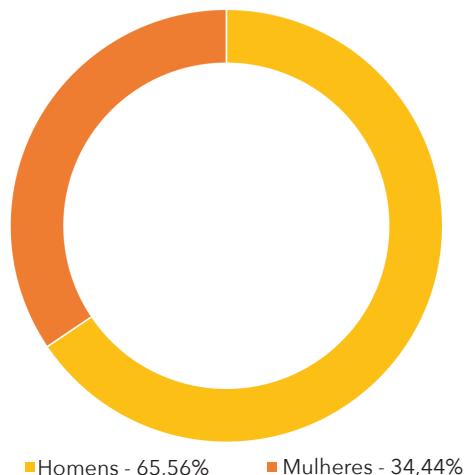
A sub-representação feminina na política não se restringe à capital mineira, fazendo-se realidade nos três níveis da federação. Diante da luta das mulheres para mudar este cenário, a legislação eleitoral foi alterada para garantir, a partir de 2009, que, pelo menos, 30% das vagas de cada partido ou coligação para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam preenchidas por mulheres.

Tendo em vista que a garantia de vagas nas listas partidárias não havia sido suficiente para equilibrar a representação política entre os gêneros, o Congresso promulgou uma Emenda Constitucional assegurando que 30% dos recursos para campanha eleitoral sejam destinados a candidaturas femininas.

Mesmo com as medidas já adotadas, a participação das mulheres nos espaços de poder precisa aumentar para alcançarmos uma democracia de gênero, uma vez que, apesar de serem maioria na sociedade, ainda são minoria nos legislativos e nas listas partidárias. Na eleição para vereador de BH deste ano, as mulheres compunham 34,44% do total de candidaturas.

O dado demonstra que o número de mulheres candidatas ainda é proporcionalmente inferior àquele encontrado na população da capital mineira. Conforme o censo de 2022, em Belo Horizonte, o número de mulheres supera o de homens, havendo 164.066 representantes do sexo feminino a mais na cidade.

GÊNERO DAS CANDIDATURAS



DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA E IDEOLÓGICA

Apesar de a polarização PT x PL não ter se reproduzido na maioria das disputas deste ano, na Câmara Municipal de BH, a federação que elegeu o presidente Lula, composta por PT, PCdoB e PV, elegeu seis vereadores, mesmo número de eleitos pelo PL, de Jair Bolsonaro. A federação de Lula e o partido do ex-presidente contabilizaram os maiores êxitos na disputa para o Legislativo da capital mineira.

Além de terem elegido seis vereadores cada, o PL e a federação Brasil da Esperança – Fé Brasil (PT, PCdoB e PV) também registraram as maiores votações para a Câmara Municipal. O PL de Bolsonaro recebeu o maior número de votos válidos: 157.326. Em seguida, veio a federação Brasil da Esperança – Fé Brasil com 133.806 votos.

Já o terceiro mais votado foi o PSD do prefeito e candidato vitorioso Fuad Noman, que obteve 91.883 votos e elegeu três vereadores, mesmo número de cadeiras a serem ocupadas por Podemos, federação Psol/Rede, Republicanos e Novo. Em seguida, vêm MDB,

PP, Solidariedade e PRD, que elegeram dois parlamentares cada. Outros seis partidos elegeram um parlamentar cada.

Em 2020, 20 partidos conseguiram obter representação na Câmara Municipal de Belo Horizonte; já este ano, 19 siglas terão representação na CMBH, mantendo-se a já tradicionalmente alta fragmentação partidária do Legislativo da capital mineira.

Em relação à distribuição ideológica, dez vereadores foram eleitos por cinco partidos de esquerda este ano, enquanto outras 14 legendas - responsáveis pela eleição de 31 parlamentares - distribuem-se da direita ao centro do espectro político. Já em 2020, as agremiações que compõem a parte esquerda da escala ideológica haviam eleito nove vereadores.

MULHERES ELEITAS VEREADORAS EM BH



Cida Falabella (Psol)



Fernanda Pereira Altoé (Novo)



Flávia Borja (DC)



Dra Michelly Siqueira (PRD)



Iza Lourença (Psol)



Janaina Cardoso (União)



Juhlia Santos (Psol)



Loíde Gonçalves (MDB)



Luiza Dulci (PT)



Marcela Trópia (Novo)

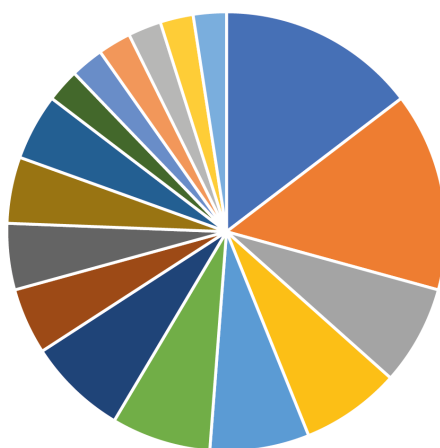


Marilda Portela (PL)



Professora Marli (PP)

COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA/FEDERAÇÕES DA ELEIÇÃO DE 2024



- Federação PT/PV/PC do B - 6
- PL - 6
- Novo - 3
- Podemos - 3
- PSD - 3
- Federação PSOL / Rede - 3
- Republicanos - 3
- MDB - 2
- PHD - 2
- Solidariedade - 2
- PP - 2
- Avante - 1
- DC - 1
- União - 1
- PDT - 1
- Mobiliza - 1
- Federação PSDB / Cidadania - 1

CARÔMETRO

NOVA LEGISLATURA

(2025 - 2028)



ARRUDA
Republicanos



BRAULIO LARA
Novo



BRUNO MIRANDA
PDT



CIDA FALABELLA
PSOL



CLÁUDIO DO MUNDO NOVO
PL



CLEITON XAVIER
MDB



DIEGO SANCHES
Solidariedade



DR. BRUNO PEDRALVA
PT



DRA. MICHELLY SIQUEIRA
PRD



EDMAR BRANCO
PC do B



FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
Novo



FLÁVIA BORJA
DC



HELINHO DA FARMÁCIA
PSD



HELTON JUNIOR
PSD



IRLAN MELO
Republicanos



IZA LOURENÇA
PSOL



JANAINA CARDOSO
União



JOSÉ FERREIRA
PROJETO AJUDAI
PODE



JUHLIA SANTOS
PSOL



JUNINHO
LOS HERMANOS
Avante



LEONARDO ÂNGELO
DA ITATIAIA
Cidadania



LOÍDE GONÇALVES
MDB



LUCAS GANEM
PODE



LUIZA DULCI
PT



MANINHO FÉLIX
PSD



MARCELA TRÓPIA
Novo



MARILDA PORTELA
PL



NENÉM DA
FARMÁCIA
Mobiliza



OSVALDO LOPES
Republicanos



PABLO ALMEIDA
PL



PEDRO PATRUS
PT



PEDRO ROUSSEFF
PT



PROFESSOR
JULIANO LOPES
PODE



PROFESSORA MARLI
PP



RUDSON PAIXÃO
Solidariedade



SARGENTO JALYSON
PL



TILELÉO
PP



UNER AUGUSTO
PL



VILE
PL



WAGNER FERREIRA
PV



WANDERLEY PORTO
PRD

Siga a Câmara nas redes sociais.



-  @camarabh
-  /camaradebh
-  /camaradebh
-  /camaramunicipaldebelohorizonte

CÂMARA
MUNICIPAL

A VOZ DA CIDADANIA



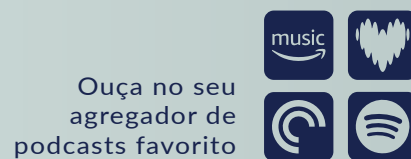
BH

Chegou o novo podcast
da Câmara de BH.

Adicione esta novidade
à sua playlist!



Veja no YouTube
com intérprete
de libras



Ouçá no seu
agregador de
podcasts favorito